AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 33 | Nº 10 | OUTUBRO 2013 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

LEITE
ANO DE RECUPERAÇÃO



COMBUSTÍVEL – crescimento desigual no consumo regional

BIOCOMBUSTÍVEL – atenção na Europa para analisar demanda

PREJUÍZO NO CAMPO – *Helicoverpa* x nosso fraco sistema de defesa fitossanitária

O agronegócio é o seguinte

Pragas e doenças trazem preocupação

O RESULTADO do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do segundo trimestre de 2013 registrou um crescimento acima do esperado. As projeções apontavam para um resultado bem abaixo do crescimento sazonalmente ajustado de 1,5% no período em relação ao período imediatamente anterior. Existem dúvidas se esse resultado é sustentável para os períodos seguintes. De qualquer forma, fica claro que o crescimento brasileiro em 2013 deverá ser moderado e será abaixo do patamar de 3%. Esse desempenho contribui para configurar um quadro de baixo dinamismo da economia brasileira em termos de crescimento econômico.

Para o ano de 2014, as perspectivas também não se mostram tão favoráveis. A inflação brasileira medida pelo IPCA ainda permanece acima do patamar de 6% no acumulado em doze meses, bem distante do centro da meta de 4,5%. Em função disso, o Banco Central deve seguir na meta de subir a taxa Selic nas próximas reuniões do Copom, de modo a manter o ciclo de aperto da política monetária nos próximos meses. Os efeitos sobre a inflação decorrente da depreciação cambial reforçam esse cenário no médio prazo.

Em 2012, as margens apertadas, em função da alta dos custos de produção, resultaram em um ano difícil para a pecuária leiteira. Para 2013, uma análise preliminar, comparando a média de janeiro a agosto com o mesmo período de 2012, aponta um melhor resultado para a atividade. A rentabilidade para o período analisado está em 8,8% ao ano.

Nos bicombustíveis, a construção do mercado internacional está fortemente apoiada em programas de inclusão de fontes de energia renovável nas nações de renda mais elevada. Nesse sentido, os mandatos de bicombustíveis adotados pelos EUA e pela União Europeia foram fundamentais para criar expectativas de investidores que apostaram no setor bioenergético brasileiro ao longo da última década. Contudo, o acesso a esses mercados exige o cumprimento de critérios de sustentabilidade socioambiental que estão previstos nos mandatos estabelecidos. Nesse aspecto, os EUA e a União Europeia não possuem visões convergentes.

No Brasil, observa-se que o crescimento do consumo de combustível do ciclo Otto ocorre diferentemente entre as regiões. A constatação é de que a demanda tem crescido em ritmo superior no Norte-Nordeste, quando se compara ao Centro-Sul. Esse desempenho pode ser creditado a diversos fatores, como os programas de distribuição de renda, o desenvolvimento da agricultura na região Centro-Oeste, a abertura das fronteiras agrícolas na área conhecida por Mapitoba (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) e a implantação de projetos industriais estruturantes. Esse assunto chama a atenção.

O MAPA passa a divulgar mensalmente o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária de forma mais completa, com a incorporação da pecuária. Sem dúvida, isso trará um aperfeiçoamento às análises estatísticas. De 2005 a 2013, o VBP total cresceu 69,8%, sendo 73,5% nas lavouras e 63,5%, na pecuária. Esse incremento forte mostra uma capitalização na economia rural. Em agosto último, o VBP da agropecuária totalizou R$ 411,9 bilhões, sendo que R$ 276,0 bilhões referem-se a lavouras e R$ 135,9 bilhões, à pecuária.

O perigo ronda o campo por conta do feroz ataque de novas pragas e doenças, que, sem formas adequadas de controle, infestam lavouras nas mais importantes regiões agrícolas do País. A lagarta *Helicoverpa armigera*, até poucos meses desconhecida da maioria dos pesquisadores, já devorou, apenas na safra deste ano, cerca de US$ 1 bilhão das lavouras de soja e algodão do Mato Grosso e Bahia. De acordo com a Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária, pelo menos quinze outras pragas do mesmo potencial destrutivo rondam as lavouras. No entanto, a lentidão do sistema de defesa fitossanitária do Brasil tem se mostrado tão assustadora quanto a voracidade dos insetos, doenças e ervas daninhas. É necessário ampliar a infraestrutura funcional, de modo a conferir celeridade e eficiência aos órgãos encarregados da regulamentação da defesa fitossanitária.

A ***Agroanalysis***, em caderno especial, apresenta a Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio), fundada em 2007. É a única associação patronal de defensivos biológicos do Brasil, cuja missão é congregar as empresas na busca do fortalecimento e da representatividade do setor. Já a matéria da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo) traz os assuntos apresentados no seu V Fórum, que tratou da questão da "Modernidade, Gestão e Tecnologia em Nutrição Vegetal" e aconteceu simultaneamente à 1ª Fertishow (Exposição Nacional e Internacional da Indústria de Fertilizantes Especiais). Outro evento marcante de registro foi o 3º Congresso Brasileiro de Fertilizantes, realizado pela Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), com o tema "Nutrientes Para A Vida". ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Werner e Camila Senna
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Alexandre Sobreiro
Fotos: Shutterstock e Stock.xchng
Secretaria e administração: Viviane de Carvalho
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Viviane de Carvalho - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: viviane.carvalho@fgv.br
Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin e Viviane de Carvalho
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Aldo Floris, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas
6 Neri Geller

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
14 Frases e comentários

Mercado & Negócios
15 Inflação no Brasil
17 Pecuária leiteira
18 Demanda por combustíveis
19 Agricultura de baixo carbono
21 Continente africano
23 Biocombustíveis
25 Safra
26 Setor sucroalcooleiro

Política Agrícola
27 Segurança alimentar

Especial Abisolo
28 Avaliação do V Fórum Abisolo

Especial ABCBio
35 Controle Biológico

Especial ANDA
41 3º Congresso Brasileiro de Fertilizantes

Especial Andef
43 Defesa fitossanitária

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



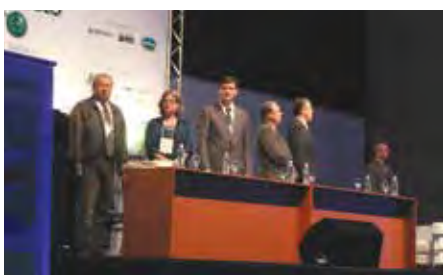
17 Pecuária leiteira

Mercado & Negócios



23 Biocombustíveis

Especial Abisolo



28 Avaliação do V Fórum Abisolo

Neri Geller
Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Sintonia com o setor produtivo

Por Paulo Roque

ELEITO DEPUTADO federal pelo PP-MT (2007-2011; 2011-2015), Geller é produtor rural, com grande conhecimento do mercado agrícola, e é, também, empresário do ramo de combustíveis no atacado e varejo, com ampla experiência no setor de transportes. Iniciou sua vida pública como vereador pelo município de Lucas do Rio Verde-MT, por dois períodos consecutivos, de 1996 a 2004. Segundo ele, o Plano Safra 2013/14 foi idealizado em sintonia com o setor produtivo e, mais importante, o volume de recursos é o conteúdo dos seus programas, que ajudará a sanar os principais problemas que afetam o agronegócio brasileiro.

Agroanlysis A produção de grãos bate outro recorde. Como o Plano Safra 2013/14 foi recebido pelo setor produtivo?

Neri Geller A produção de grãos chegou a 187 milhões de toneladas, e há uma previsão que ultrapasse, e muito, 190 milhões de toneladas no ano que vem. Com relação ao Plano Safra 2013/14, além de destinar R$ 136 bilhões para o setor produtivo, 18% a mais do que o Plano 2012/13, de R$ 115 bilhões, deve-se ressaltar também o conteúdo dos seus programas. Por exemplo, no PRONAMP, as taxas de juros no custeio tiveram uma baixa de 5% para 4,5% ao ano. Com relação à armazenagem, construímos um programa extraordinário para resolver este problema no País, de R$5 bilhões por ano durante cinco anos, com taxa de juros de 3,5% ao ano e quinze anos para pagar. Cito também o INOVAGRO, plano de acesso à inovação tecnológica, que dará oportunidade àquele agricultor que ainda não possui automação na propriedade de ter acesso a tecnologias, com taxas de juros equalizadas pelo Tesouro, na ordem de R$ 1 bilhão, de 3,5% e doze anos para pagar. Realmente, este Plano Safra, antes de ser apresentado à equipe econômica do governo federal e, posteriormente, à presidente Dilma, foi muito discutido com o setor produtivo. Ele está bem sintonizado com o setor, pois 98% das demandas exigidas pela agropecuária nós captamos junto às entidades representativas, como a OCB, as Federações da Agricultura de vários estados, a Aprosoja e sindicatos. Tivemos várias reuniões com o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil, a FEBRABAN e o cooperativismo. Além das linhas de crédito, a questão do seguro também foi muito discutida, com aumento de R$ 400 milhões para R$ 700 milhões de recursos para o prêmio de subvenção. Tudo isso negociamos antes, e, agora, acompanhamos a sua implementação.



> “...este Plano Safra, antes de ser apresentado à equipe econômica do governo federal (...), foi muito discutido com o setor produtivo.”

Agroanlysis Diante do que o senhor expôs, há condições de a agricultura manter o ritmo de crescimento dos últimos cinco anos?

NG Sem dúvida. Diria que o Governo fez de tudo para essas possibilidades concretizarem-se por meio do Plano Safra. Ajudar a resolver os problemas de logística e armazenagem e oferecer crédito de custeio subsidiado dá tranquilidade para o setor. Além de comprar no momento certo, o produtor terá o dinheiro para barganhar na revenda ou na indústria fornecedora dos agroquímicos. Na hora de comercializar, ele também terá um prazo maior para pagar, em sessenta, noventa e até cento e vinte dias, durante a pós-colheita, sem sofrer pressão para vender a produção na boca da colheita, porque vai ter um prazo para pagar os agentes financeiros. Ele poderá segurar a produção e honrar seus compromissos mais à frente. Então, ajuda também a resolver alguns gargalos de logística.

Agroanalysis Um dos principais gargalos do agronegócio é, exatamente, a questão da logística. Quais são as perspectivas no Brasil com relação à armazenagem na fazenda?

NG Temos, hoje, um déficit em armazenagem de 42 a 48 milhões de toneladas, mas o Plano Nacional de Armazenagem, com recursos de R$ 25 bilhões em cinco anos, dará condições para armazenar mais 72 milhões de toneladas. Então, isso será definitivamente resolvido. Estes recursos darão aos produtores condições de acesso ao armazém dentro da propriedade, ou, até mesmo, dentro de condomínio, ou, ainda, por meio de cooperativas e associações.

Uma alternativa importante para armazenar muito do milho colhido na região Centro-Oeste, nas próprias propriedades, tem sido o silo *bag*. O custo dessa operação é bastante baixo. Como o colhido em período de seca, não há necessidade do uso de secador, de modo que o produto vai direto para o silo *bag* e o produtor pode comercializá-lo no momento e como quiser. O grão pode ficar armazenado até um ano e meio. Dentro dessa avaliação, abrimos a possibilidade, dentro do crédito de custeio, de financiar 5% desse valor para a armazenagem. A armazenagem, hoje, já é, de fato, uma realidade no Centro-Oeste. Esse recurso, com certeza, facilitará a armazenagem dentro da propriedade. É lógico que tem que ser módulos de produção de acima de 2 mil hectares; se não, ele também não se sustenta.

> “Vejo a extensão rural e a assistência técnica como questões consolidadas no País.”

Agroanalysis Quais seriam as prioridades para escoar a produção de grãos do Centro-Oeste?

NG Hoje, pela BR 163, planejada para ligar Cuiabá (MT) a Santarém (PA), é feito o escoamento da produção de quase 40 milhões de toneladas, principalmente do médio Norte, da região de Grande Rio, Sinop, Nova Mutum. Isso já é uma realidade. Ainda faltam 200 quilômetros para ser asfaltados, mas, mesmo em estradas de chão, há condições de fluxo. A estrada está bem conservada e será concluída até o próximo ano. A previsão é de que, neste ano, sejam escoados 3 milhões de toneladas pelo eixo da BR 163. Com a estruturação portuária que começa a acontecer, seja em Mirituba, seja em Santarém, o escoamento pela BR 163 crescerá muito. A BR 242 também é outro trecho importante para levar parte da produção do milho, por exemplo, para o Nordeste, a partir de Sorriso, indo por Goiás; assim como a soja, até o terminal da Norte-Sul, para escoar uma parte da produção pelo porto de Itaqui. Isso está sendo viabilizado e será concluído dentro de um a dois anos. Agora, efetivamente, a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) ajudará a resolver o escoamento da produção do Mato Grosso, do Pará e, até mesmo, de Rondônia. Em setembro, foi inaugurada a malha norte e o Complexo Intermodal de Rondonópolis (CIR) da Ferrovia Vicente Vuolo. A construção dos 260 quilômetros de trilhos que ligam Alto Araguaia a Rondonópolis melhorará o escoamento dos grãos mato-grossenses até o Porto de Santos.

Agroanalysis E o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural passa a ser uma das grandes prioridades da política agrícola?

NG Neste ano, já passamos recursos na ordem de R$ 400 milhões, um incremento de 75%. Isso aumentará muito a questão do seguro e dará segurança à produção nacional. Aliada a isso, temos também a política de comercialização. Só neste ano, se se enfocar a equalização do frete do milho produzido em Mato Grosso, Goiás e Rondônia, houve uma intervenção na ordem de R$ 300 milhões, cujo orçamento faz parte do Plano Safra. Se houver necessidade, aliado ao seguro de risco, temos também um seguro de renda, para atender os problemas de logística. Isso está bem articulado. Enfim, o Governo conta com um Plano Safra bastante forte para contemplar toda a produção nacional

Agroanalysis A defesa sanitária está preparada para enfrentar o lastramento de pragas vorazes?

NG Apesar de não ser minha área, digo que o MAPA mantém programas de prevenção e controle, com o objetivo de erradicar, controlar e evitar a disseminação de pragas que atacam as lavouras e que, uma vez estabelecidas, podem causar danos irreparáveis à cadeia produtiva. São realizados levantamentos para detecção e delimitação de pragas de importância quarentenária, tanto diretamente pelo

MAPA, quanto por órgãos estaduais conveniados, além da regulamentação do trânsito internacional e interestadual de plantas e partes de plantas que possam servir como veículo para a disseminação de pragas. Também mantemos permanente interação com o setor de Pesquisa, para o estudo de providências com vistas a controlar ou manejar as pragas que venham a ser introduzidas. Para aumentar a eficiência das ações da defesa agropecuária, é importante a colaboração dos produtores. Por isso, pedimos para que, no caso de suspeita da ocorrência de uma praga exótica ou de danos significativos às lavouras, entrem em contato com o escritório mais próximo do órgão estadual de defesa agropecuária ou com a Superintendência Federal de Agricultura em sua Unidade da Federação.

Agroanalysis A participação política do agronegócio pode ser avaliada como dinâmica ou passiva?

NG Os avanços ocorridos na produção devem-se a três fatores. O primeiro é a organização do setor, por meio de suas entidades ou da própria Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Isso viabilizou a incorporação de muitas tecnologias, com aumento na produtividade, e, finalmente, a aplicação de muitas políticas agrícolas formuladas pelo governo federal; aliás, estão sendo apresentadas, porque o setor está muito organizado. Eu sou uma prova disso. Estou aqui no MAPA porque fui indicado pela minha bancada no estado do Mato Grosso e, principalmente, pelo setor produtivo. Eu sou produtor, fui da Aprosoja, e o Governo está dando muita estrutura para esse setor.



> “O Governo, o MAPA e o agronegócio devem comunicar-se cada vez mais com a sociedade...”

Agroanalysis Quais são as perspectivas para a pesquisa e extensão rural?

NG Pesquisa é fundamental. Depois do fortalecimento da Embrapa, a agropecuária do País mudou. Basta olharmos a representação da agricultura tropical, principalmente no Cerrado e no Centro-Oeste, para a economia do País nesses últimos anos. Temos de destacar a pesquisa privada, a Fundação MT, a Fundação Rio Verde, além dos institutos e as universidades. Por meio do Plano Safra, distribuímos recursos para o produtor ter acesso à inovação tecnológica. Como esse é um ponto a ser estimulado, o ministro Antônio Andrade determinou que se fomente e se fortaleça cada vez mais os institutos, seja por meio da Embrapa, seja por meio da iniciativa privada.

Vejo a extensão rural e a assistência técnica como questões consolidadas no País. Quem faz isso de forma muito forte é a própria iniciativa privada. Precisamos, agora, por meio da Anater, em fase de implantação pela presidente Dilma, dar estrutura para os estados fortalecerem esse serviço. A iniciativa privada faz um bom trabalho de extensão rural, assim como o próprio Banco do Brasil a credencia para fazer planejamento e prestar assistência à propriedade. O produtor, hoje, se profissionalizou, principalmente o médio e o grande. A assistência ao pequeno produtor, aos assentados e à pequena propriedade ainda depende de pouco, e isso acontecerá por meio da Anater.

Agroanalysis E como o MAPA avalia a imagem do agronegócio pela sociedade brasileira?

NG O MAPA é a casa do produtor. Temos uma imagem do agronegócio brasileiro como um segmento da economia com papel importante para a estabilidade econômica e o superávit da balança comercial. Este setor é um grande parceiro do governo federal. Voltamos a reafirmar a forma como o Plano Safra foi discutido com o setor. No MAPA, não abrimos mão de defender a produção nacional.

A imprensa ajuda nessa interlocução. Essa falta de comunicação do setor para com a sociedade urbana está sendo superada nos últimos dois, três anos. A sociedade urbana não tinha o conhecimento e a dimensão exata da importância do agronegócio no contexto econômico; não só para manter a estabilidade econômica, mas na geração de empregos e de renda. Todos os municípios, não só no Centro-Oeste, mas no País inteiro, com agricultura forte, possuem qualidade de vida, com geração de emprego e crescimento da sociedade em todos os sentidos, seja nas áreas de Educação ou de Saúde. Contudo, essa comunicação precisa ser fortalecida. O Governo, o MAPA e o agronegócio devem comunicar-se cada vez mais com a sociedade, em função da sua importância econômica para o nosso País. ■

Macroeconomia

Recuperação sustentável?

Rogério Mori*

O RESULTADO do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do segundo trimestre de 2013 registrou um crescimento acima do esperado. De fato, as projeções apontavam para um resultado bem abaixo do crescimento sazonalmente ajustado de 1,5% no período em relação ao período imediatamente anterior. Tal fato suscitou uma revisão para cima das projeções do crescimento do PIB para o ano por parte dos economistas.

Sob essa perspectiva, existem, neste momento, grandes dúvidas se o resultado verificado para o segundo trimestre do ano é sustentável para os períodos seguintes. Logicamente, para responder adequadamente a estas dúvidas, se faz necessário analisar o resultado do PIB do segundo trimestre com um pouco mais de detalhe. Nesse sentido, fica claro que a recuperação verificada no segundo trimestre deveu-se à retomada dos investimentos produtivos em comparação aos trimestres anteriores. O consumo das famílias, que representou o principal motor da recuperação da crise de 2008, não registrou crescimento expressivo.

A anatomia desse resultado é relativamente reveladora sobre as expectativas para os próximos trimestres. Do lado do consumo das famílias, não se deve esperar um crescimento muito mais expressivo ao longo de 2013. Isso se deve ao fato de que boa parte das famílias brasileiras segue com um elevado grau de endividamento, o que limita seu potencial de expansão de demanda. Adicionalmente, o aperto da política monetária promovido ao longo dos últimos meses em nada contribui para reverter esse quadro. Ao contrário disso, como as altas da meta da taxa básica de juros – Selic – promovidas pelo Banco Central atuam no sentido de elevar as taxas de juros nas operações de crédito, deve haver desestímulo para o consumo.

Análise similar pode ser aplicada aos investimentos produtivos. Nesse sentido, essa componente pode manter-se potencialmente em alta, tendo em vista os investimentos para os eventos esportivos previstos para 2014 e 2016. Uma potencial contribuição pode vir do lado do setor público, com alguma expansão do lado dos gastos do Governo, principalmente levando-se em consideração que, no ano de 2014, ocorrerão eleições no País.

A recente depreciação do real frente ao dólar norte-americano pode trazer alguma contribuição em termos de crescimento no médio prazo. Assim, é de se esperar a ocorrência de alguma reação das exportações brasileiras em alguns meses em função desse fenômeno. Da mesma forma, é de se esperar alguma acomodação no ritmo de crescimento das importações nos próximos trimestres. Em função disso, o setor externo pode proporcionar alguma contribuição para o crescimento do produto no médio prazo. Sob essa perspectiva, existem dúvidas concretas se esse fenômeno proporcionará alguma contribuição mais expressiva para o crescimento brasileiro ainda neste ano. É bem provável que esse efeito ocorra mais adiante.

De qualquer forma, fica claro, a partir da somatória desses elementos, que o crescimento brasileiro em 2013 deverá ser moderado e será abaixo do patamar de 3%. Tal desempenho contribui para configurar um quadro de baixo dinamismo da economia brasileira em termos de crescimento econômico.

Para o ano de 2014, as perspectivas também não se mostram tão favoráveis. Nesse sentido, como a inflação brasileira medida pelo IPCA ainda permanece acima do patamar de 6% no acumulado em doze meses, fica distante do centro da meta de 4,5%. Em função disso, o Banco Central deve prosseguir com o ciclo de aperto da política monetária nos próximos meses. Os efeitos sobre a inflação decorrentes da depreciação cambial reforçam esse cenário no médio prazo. Em outras palavras, o Banco Central deve seguir na meta de subir a taxa Selic nas próximas reuniões do Copom.

Isso significa, para o próximo ano, a manutenção de uma expectativa de crescimento relativamente moderada. Logicamente, esse quadro ainda depende da configuração do ambiente econômico e financeiro internacional. Um ambiente positivo, com perspectiva de retomada das principais economias desenvolvidas, tende a contribuir positivamente para o crescimento brasileiro. Esse parece ser o cenário mais provável, o que significa que, potencialmente, essa não será uma fonte de maiores preocupações em 2014. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail psroque@uol.com.br

VENDAS EXTERNAS DE CARNE BOVINA AUMENTAM 21%

As vendas externas de carne bovina cresceram 20,57% no acumulado de janeiro a agosto, totalizando 944 mil toneladas. Já o faturamento, alcançou US$ 4,168 bilhões, aumento de 14,12% em relação ao mesmo período de 2012, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), que prevê rendimento superior a US$ 6 bilhões, em 2013, com as exportações. A Rússia liderou o *ranking* de compradores internacionais da carne bovina brasileira em agosto, com 32 mil toneladas embarcadas, acima de Hong Kong, com 29 mil toneladas.

REVOLUÇÃO NA TRANSGENIA

Pesquisadores da Embrapa descobriram uma forma de restringir as características adquiridas pela transgenia a partes específicas da planta, utilizando-se dos chamados "promotores" ou sequências de DNA que definem como os genes inseridos no genoma se manifestam. Segundo a empresa, essa técnica eliminaria uma das grandes resistências do público aos transgênicos: o medo de que resquícios da manipulação genética chegassem aos frutos. No caso da broca-do-café, por exemplo, um pequeno besouro instala-se no grão do café para se reproduzir, comprometendo a produção. Um gene de resistência à broca pode ser comandado por um promotor específico de fruto, e a proteína estará presente somente no grão. As populações de outros besouros, que se alimentam das folhas, não seriam atingidas.

PROPOSTA DE LEI ROUANET PARA O MEIO AMBIENTE

O Projeto de Lei nº 6146/2013, de autoria do deputado federal Adrian Mussi (PMDB/RJ), propõe que as pessoas físicas e jurídicas apliquem parte do imposto de renda devido em projetos ambientais aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente. Pela proposta, as doações e patrocínios de projetos ambientais atenderão apenas unidades de conservação, pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, educação ambiental, manejo e extensão florestal, desenvolvimento institucional, certificações e projetos urbanísticos sustentáveis, aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas e pagamento a provedores de serviços ambientais, nos termos da legislação ambiental.

CENÁRIO PARA CARNE BOVINA

Relatório da Moody's Investors Service, intitulado "Setor de carne bovina nos EUA enfrenta queda acentuada, enquanto o Brasil está no auge", mostra que o alto custo da matéria-prima e a pouca oferta de gado nos Estados Unidos devem continuar nos próximos dois anos. Enquanto isso, os produtores brasileiros convivem com cenário de oferta maior de bovinos, o que mantém os preços em queda e os ganhos das empresas elevados. No entanto, há sinais de que as condições favoráveis já podem ter chegado ao auge, de acordo com o relatório, que aponta vantagens competitivas do Brasil em relação aos EUA: os rebanhos são alimentados a pasto, o que contribui para menores custos e oferta mais estável. Já a indústria americana depende de insumos mais caros e voláteis, o que significa oferta mais instável de bovinos.

PRIMEIRO CENSO AQUÍCOLA DO PAÍS

O MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura) acaba de disponibilizar o Censo Aquícola de 2008, o primeiro desenvolvido no Brasil, voltado apenas a empreendimentos com finalidade comercial. Cerca de 30 mil unidades de produção foram visitadas, das quais 19.494 foram consideradas, por terem objetivo comercial. Foram identificados 15.469 produtores de pescado no continente, dos quais 8.855 criam tilápia, sendo 41% deles na região Sul; 31%, na região Nordeste; 22%, na região Sudeste; 3% na região Norte; e 3%, no Centro-Oeste. Na área da maricultura, foram registrados 1.585 produtores.

DEMANDA DE LÁCTEOS


SHUTTERSTOCK

A demanda do mercado consumidor de produtos lácteos no Brasil cresceu 3% na última década, impulsionada pelo crescimento das populações urbanas, o incremento da oferta de produtos derivados do leite e o aumento do poder aquisitivo da população, de acordo com a Embrapa. Atualmente, o consumo nacional de leite é de 32 bilhões de litros e, conforme projeções do governo federal, a demanda potencial do País é de 40 bilhões de litros em 2021/22.

EUA SÃO O TERCEIRO MAIOR IMPORTADOR DE MILHO DO BRASIL

No acumulado de 2013, as exportações brasileiras de milho somam US$ 3,28 bilhões, aumento de 104,2% em relação a US$ 1,6 bilhão, no mesmo período do ano passado. Os principais mercados foram a Coreia do Sul (US$ 573,49 mi), Japão (US$ 538,50 mi) e EUA (US$ 284,37 mi). De US$ 35,60 mil, equivalentes a 6,7 toneladas, em três anos, as exportações de milho para os Estados Unidos evoluíram para US$ 284,37 milhões ou 982,85 mil toneladas, de 2011 a 2013 (acumulado de janeiro a agosto).

REFLEXO DO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS SOBRE O AMBIENTE

O novo relatório da FAO, sobre os efeitos do desperdício de alimentos global, revela que os custos econômicos diretos podem chegar a 750 mil milhões de dólares por ano. De acordo com o órgão, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos é desperdiçado anualmente. O estudo aponta que, anualmente, os alimentos produzidos, mas não consumidos, utilizam um volume de água equivalente ao fluxo anual do Rio Volga, na Rússia, e são responsáveis pela emissão de 3,3 milhões de toneladas de gases do efeito estufa na atmosfera. De acordo com o estudo da FAO, 54% do desperdício de alimentos no mundo ocorrem na fase inicial da produção, manipulação pós-colheita e armazenagem e os 46% restantes, nas etapas de processamento, distribuição e consumo.

CRESCEM AS ENTREGAS DE FERTILIZANTES

No acumulado dos oito primeiros meses de 2013, as vendas de fertilizantes no Brasil totalizaram 18,819 milhões de toneladas, aumento de 5,5% comparado ao mesmo período do ano passado, de acordo com a Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).

SEGMENTO DE FLORES DEVE FATURAR R$ 5,2 BI



EXPOFLORA-HUMBERTO DE CASTRO

O mercado de flores e plantas ornamentais no Brasil cresce entre 8% e 12% ao ano, no volume de vendas, e 15% a 17%, no faturamento, segundo o Ibraflor. Em 2013, estima-se que o faturamento do setor será de cerca de R$ 5,2 bilhões. A cooperativa Veiling Holambra, quinta maior comercializadora do mundo, é responsável pela negociação de 45% das flores e plantas ornamentais produzidas no País.

OS NÚMEROS DA PRODUÇÃO DE GRÃOS E CAFÉ

O Brasil deverá colher, neste ano, 187,09 milhões de toneladas de grãos, 12,6% acima da safra passada, conforme levantamento da Conab. O crescimento de 20,90 milhões de toneladas deve-se à soja, com aumento de 22,7% (15,05 milhões de toneladas), e ao milho segunda safra, com aumento de 18,1% (7,07 milhões de toneladas) em relação à safra anterior. Também foi divulgado o levantamento do café, que terá a maior safra já produzida no País na temporada de baixa bienalidade, estimada em 47,54 milhões de sacas de 60 kg de café beneficiado, redução de 6,46% (3,28 milhões de sacas) em relação aos 50,83 milhões de sacas colhidas no período anterior, de alta bienalidade.

AGRICULTURA DE PRECISÃO GANHA LABORATÓRIO

No dia 20 de setembro, a Embrapa inaugurou, em São Paulo-SP, o Laboratório de Referência Nacional em Agricultura de Precisão (LANAPRE), voltado para pesquisa e desenvolvimento de equipamentos, sensores, componentes mecânicos e eletrônica embarcada, além de avaliações de compatibilidade de máquinas e implementos de diferentes fabricantes ao padrão internacional ISOBUS. A instalação conta com sistema computacional de geoinformática, para tratar os dados em massa gerados em campo e produzir informações para a gestão em agricultura de precisão.

APROVAÇÃO DA MPV 615/2013 BENEFICIA COOPERATIVAS

AGROPECUÁRIO – Mais uma conquista para o cooperativismo agropecuário brasileiro foi registrada no último mês. Com a aprovação da Medida Provisória (MPV) 615/2013 pelo Congresso Nacional, o aproveitamento de créditos presumidos pelas cooperativas na comercialização dos produtos recebidos dos seus cooperados será maior. Isso porque o texto aprovado garante a reforma do PIS/COFINS para a cadeia da soja, desonerando o grão comercializado no mercado interno. Estima-se que o incremento anual, com o aproveitamento dos créditos pelas sociedades cooperativas, vença a casa dos R$ 300 milhões. Haverá, ainda, melhoria na renda do produtor rural, já que a aprovação da medida traz condições igualitárias de tributação na disputa pela produção do setor. Assim, os preços ficarão equilibrados, com a neutralização de eventuais atravessadores entre a cooperativa e o mercado – no caso da industrialização e exportação –, tal como ocorreu com o setor cafeeiro.

TRANSPORTE – E os benefícios da aprovação da MPV 615/2013 não ficam restritos ao campo; eles também se estendem às cooperativas de taxistas. A permissão para realizar transporte de passageiros poderá ser repassada, como herança, aos sucessores diretos, no caso de falecimento do condutor. Abre-se, portanto, o direito à exploração do serviço pelos dependentes do titular durante o período de validade da concessão. Assim, as famílias passam a contar com um tempo maior de recuperação e reorganização patrimonial.

SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

REFIS – Além disso, a medida reabre o prazo de adesão ao programa de refinanciamento de dívidas da Receita Federal – conhecido como "Refis da Crise" (Lei 11.941/2009) –, fixando a data de 31 de dezembro de 2013 para conclusão do procedimento. O prazo anterior tinha vencido em julho de 2011. Esse ponto atende a cooperativas de todos os ramos.

As cooperativas agropecuárias brasileiras têm uma participação expressiva na produção agropecuária nacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 50% de tudo que é produzido no País passam, de alguma forma, por uma organização cooperativa. E mais, além de atender o mercado interno, o setor também vende seus produtos a outros países. Em 2012, por exemplo, foram contabilizados US$ 6 bilhões em exportação, sendo 98% da pauta compostos por itens do campo. As informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) apontam que o cooperativismo já fechou US$ 4,2 bilhões nos primeiros oito meses de 2013, um aumento de 9,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram registrados US$ 3,8 bilhões.



ISTOCKPHOTO

SISTEMA OCB E EMBRAPA TRABALHAM JUNTOS PELO HOMEM DO CAMPO

O Brasil é referência na produção de alimentos e matérias-primas agrícolas, e esta posição, além do empenho do próprio produtor rural, deve-se muito às novas tecnologias e técnicas de produção, além do investimento na profissionalização dos negócios. Para o setor cooperativista brasileiro, esses são pontos prioritários, que devem fazer parte do planejamento do homem do campo. Nesse sentido, visando a profissionalização constante de todos os agropecuaristas do País, o Sistema OCB e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) têm trabalhado juntos. A ideia é levar cada vez mais informações aos produtores, tendo como parceiras as cooperativas agropecuárias. Hoje, existem, no País, 1.561 delas, reunindo cerca de 1 milhão de associados. Pelo convênio firmado entre as instituições, serão formados multiplicadores de tecnologias – pessoas que irão compreender, aplicar na prática e repassar adiante as tecnologias desenvolvidas pela Embrapa. Atualmente, o Sistema OCB conta com cerca de 10 mil extensionistas, que prestam assistência técnica aos produtores por intermédio das cooperativas.

ISTOCKPHOTO





SHUTTERSTOCK

COOPERATIVAS TÊM PARTICIPAÇÃO EXPRESSIVA NA PRODUÇÃO DE CAFÉ

"Não dá para falar em cafeicultura brasileira sem falar em cooperativismo". A fala, do presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, durante a Semana Internacional do Café, reflete realmente o cenário da produção cafeeira no País. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 48% de todo o café produzido internamente passam, em algum momento, por uma cooperativa. O setor reúne 112 mil agricultores cooperativistas – a maioria deles, 56%, no estado de Minas Gerais. São 102 sociedades cooperativas que atuam diretamente na produção do grão no País. Elas estão presentes em cinco estados – 57%, em Minas Gerais; 14%, no Espírito Santo; 12%, em São Paulo; 7%, no Paraná; e 5%, na Bahia. E a produção não fica restrita ao mercado nacional. Só em 2012, o setor cooperativista exportou US$ 2,78 milhões de sacas de café. A Semana Internacional do Café contou com a participação de cinquenta cooperativas brasileiras. ■

"O segmento de flores tem crescido 8% a 12% ao ano, no volume de vendas, e 15% a 17%, no valor movimentado. Temos muito campo para crescer e até mesmo chegar à média europeia, pois, enquanto o consumo *per capita* anual de flores na Europa é de R$ 141, no País, é somente R$ 23 por ano."

KEES SCHOENMAKER, presidente do Ibraflor, durante a Expoflora

"Não podemos simplesmente permitir que um terço de todos os alimentos produzidos seja perdido ou desperdiçado devido a práticas inadequadas enquanto 870 milhões de pessoas passam fome todos os dias."

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA, diretor-geral da FAO, no lançamento do relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

"O consumo *per capita* nacional de ovos ainda é baixo, em torno de 161 unidades por habitante ao ano. No entanto, pesquisa encomendada pela UBABEF revelou que o ovo é um produto apreciado pelo consumidor brasileiro e está presente na dieta alimentar de 99% das famílias do País."

FRANCISCO TURRA, presidente executivo da UBABEF, durante reunião em São Paulo

"Os cafeicultores brasileiros precisam aumentar a tecnologia e a inovação, além de se adequar à questão ambiental, seus aspectos legais, econômicos e tecnológicos. O novo código ambiental pressionará os produtores a buscar alternativas de produção para não perder produtividade e renda."

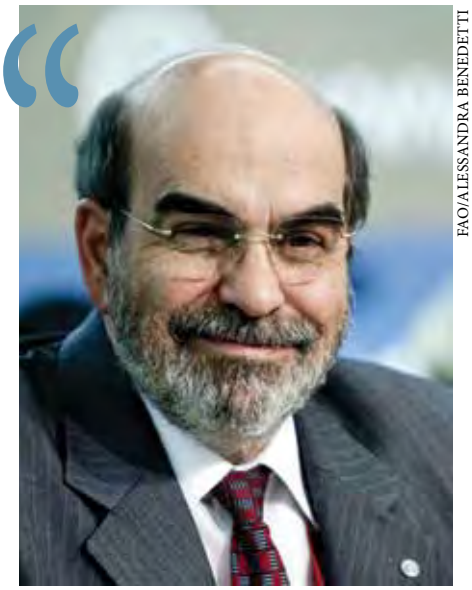
GILMAN VIANA, da Comissão de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em palestra na Semana Internacional do Café

"A margem líquida do produtor de leite é historicamente restrita, o que o coloca na obrigação de gerenciar o seu negócio com competência, para não perder dinheiro."

PAULO DO CARMO MARTINS, pesquisador da Embrapa Gado de Leite, em palestra no 13º Interleite Brasil

"A evolução dinâmica da agricultura passa por competitividade e sustentabilidade do setor sementeiro, e uma agenda estratégica de parcerias deve incluir, obrigatoriamente, o interesse maior do Brasil, convertido no interesse dos agricultores e da agricultura nacional."

FREDERICO OZANAN MACHADO DURÃES, gerente da Embrapa Produtos e Mercado, em palestra no Congresso Brasileiro de Sementes



FAO/ALESSANDRA BENEDETTI

"Todos nós, agricultores e pescadores, processadores de alimentos e supermercados, governos locais e nacionais e consumidores individuais, temos de fazer mudanças ao longo de toda a cadeia alimentar humana para impedir que ocorra, desde já, o desperdício e, não sendo isso possível, promover a reutilização ou a reciclagem."

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA, diretor-geral da FAO, no lançamento do relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

"A OIC vê com ótimos olhos políticas como a adotada recentemente pelo governo brasileiro, de ordenamento do fluxo de safra (medidas para retirar 13 milhões de sacas do mercado por meio de leilões)."

ROBÉRIO SILVA, diretor executivo da Organização Internacional do Café (OIC), durante a 50ª Reunião Geral da Organização Internacional do Café

Inflação no Brasil

De onde veio? Para onde vai?

Felippe Serigati*

ATUALMENTE, A inflação é uma das principais preocupações na economia brasileira. A inflação acumulada tem operado persistentemente acima da meta (4,5%). Atualmente, a inflação acumulada nos últimos doze meses é de 6,3%; a previsão para o final de 2013 é de 5,8%; e, para 2014, o mercado espera que este patamar mantenha-se em torno de 6,0%. Além de estar persistentemente acima da meta, o processo de aumento de preços está difundido entre os diversos setores da economia. O índice de difusão sugere que 60,5% dos produtos tiveram seus preços reajustados em agosto.

Por que a inflação está tão alta? Quais são as medidas que poderiam ser tomadas para controlá-la e quais são as chances de cada uma dar certo? Por fim, qual é o impacto desse processo inflacionário sobre o setor agro? Os parágrafos seguintes analisarão o que é o atual processo inflacionário brasileiro.

Qual é a origem da inflação no Brasil?

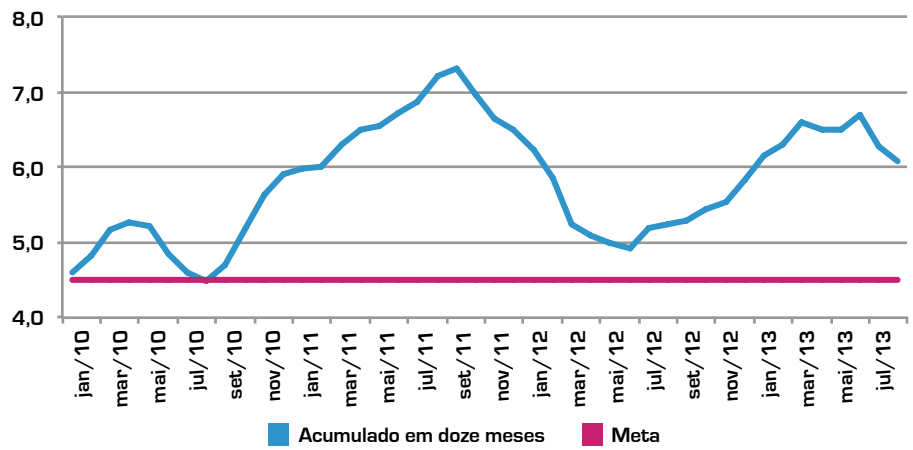
Há um grande debate sobre qual é a origem do atual processo inflacionário no Brasil. Por um lado, há analistas que defendem que o forte aumento no preço das *commodities* dos últimos anos foi o choque que gerou a inflação que tem sido observada hoje. Este choque fez com que os alimentos e diversas matérias-primas básicas ficassem mais caros. O repasse desses aumentos para os demais setores da economia iniciou o atual processo inflacionário.

Por outro lado, há outro conjunto de analistas que discorda da versão anterior e afirma que o principal fator a explicar o aumento de preços é o mercado interno excessivamente aquecido. O mercado interno brasileiro está aquecido devido:

- ao bom desempenho do mercado de trabalho, que, há tempos, tem operado com taxas de desemprego muito baixas para os padrões históricos nacionais;
- ao persistente crescimento acima da inflação do rendimento médio do trabalhador brasileiro; e
- à expansão do mercado de crédito.

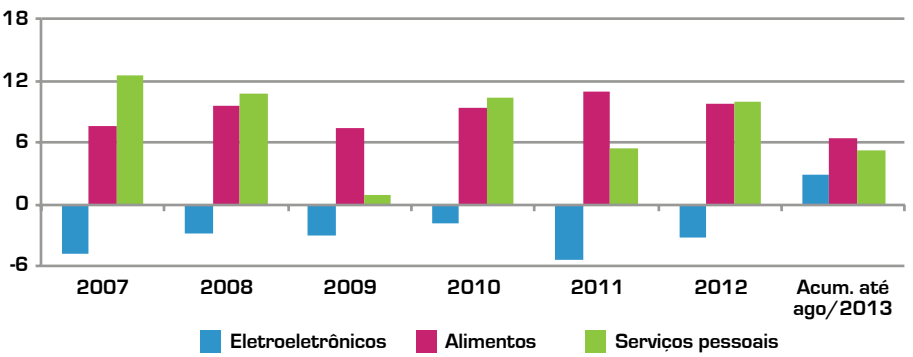
A combinação destes três fatores fez com que o consumo no mercado interno expandisse-se fortemente desde 2004, com uma breve interrupção entre 2008 e 2009. É importante deixar claro que esta forte

Evolução do IPCA em comparação com a meta de inflação (%)



Fonte: IBGE; Banco Central

Evolução da inflação (IPCA) para setores selecionados (% a.a.)



Fonte: IBGE

Como a inflação influencia as receitas do setor agro?

A relação entre o setor agro e a inflação conta com algumas características raramente encontradas em outros setores:

• Parte significativa dos preços agrícolas não é formada domesticamente, mas no mercado internacional. Isso significa que parte relevante dos custos de produção e das receitas do setor tende a ser pouco sensível ao aumento dos preços domésticos. Todavia, esses elementos que não são condicionados pela dinâmica do mercado interno tendem a ser fortemente influenciados pelos movimentos da taxa de câmbio. Como a taxa de câmbio está com uma tendência de depreciação, parte da queda do preço das *commodities* no mercado internacional pode ser compensada por um câmbio mais elevado, encarecendo alguns insumos de produção, mas elevando as receitas de exportação.

• Já, para as cadeias cujo preço do bem final não é formado no mercado internacional e cujo destino da produção é majoritariamente o mercado doméstico, uma inflação de demanda – causada por uma expansão da renda, por exemplo – pode ampliar momentaneamente as margens da cadeia. O preço de venda pode ser maior sem que haja um aumento correspondente nos custos de produção, afinal parte dos insumos de produção tem seus preços influenciados por cotações internacionais.

expansão da demanda não teria gerado persistentes aumentos de preços se a oferta tivesse conseguido acompanhá-la. Em alguns setores, como o de bens de consumo duráveis, o aumento de preços tem sido bem modesto, devido à importação tanto de bens finais, quanto de peças, insumos e equipamentos necessários para produzi-los aqui no Brasil. No entanto, há setores, como o de serviços, em que não é possível contar com os importados para expandir a oferta. Nesses casos, o aumento de preços foi bem mais intenso.

Embora seja difícil determinar onde a inflação começou, o fato é que ela já se espalhou por toda a economia. Nesse ponto, vale a máxima: talvez, seja possível identificar onde um processo inflacionário tem seu início, porém, dificilmente, saberemos onde ele termina.

Como trazer a inflação de volta para o centro da meta?

Diversos elementos podem contribuir para trazer a inflação de volta para o centro da meta. Entre eles, merecem destaque:

- a dinâmica do setor externo;
- a taxa de câmbio;
- a política fiscal (leia-se gastos do Governo); e
- a política monetária (leia-se as decisões do Banco Central).

A queda das cotações das *commodities* no mercado internacional poderia ajudar a conter a alta de preços no Brasil. Porém, principalmente em 2013, não será observada essa contribuição, devido à subida da taxa de câmbio. Isto é, parte da queda dos preços internacionais tem sido compensada pela elevação da taxa de câmbio. Enfim, dessa vez, não será possível contar com a taxa de câmbio para segurar a inflação, como já foi feito em anos anteriores. Diante desse quadro, o Governo teria que lançar mão dos instrumentos que tem à sua disposição para segurar o aumento de preços. Porém, como alguns destes instrumentos geram efeitos colaterais adversos, é pouco provável que o Governo realmente faça uso deles. Quais são estes instrumentos?

Maior controle dos gastos públicos: conter os aumentos no salário-mínimo, nos reajustes para o funcionalismo público e nos benefícios da previdência social ou dos programas de transferências de renda faria com que menos dinheiro fosse injetado na economia, estimulando menos a demanda e, por consequência, criando menor pressão sobre a inflação.

Há três fatores que tornam improvável acreditar que o Governo irá reduzir a injeção de dinheiro na economia: o crescimento do PIB está abaixo do que era desejável (neste ano, a economia deverá crescer algo em torno de 2,0% a 2,5%); haverá eleições no próximo ano, e apresentar um PIB medíocre, com certeza, não é uma boa estratégia; e, por fim, as manifestações populares de junho pediram por maior gasto público e, portanto, não há sequer apoio popular para realizar corte de gastos.

Sem a ajuda do setor externo e sem a possibilidade de cortar gastos públicos, sobram apenas os instrumentos sob controle do Banco Central:

- elevar a taxa de juros básica da economia (a taxa Selic); e
- adotar algumas medidas macroprudenciais, como a elevação do depósito compulsório ou o aumento da taxa de redesconto, encarecendo o crédito.

Como o Banco Central está sozinho nessa batalha contra o aumento de preços, provavelmente, ele terá que elevar a Selic e contrair o crédito com intensidade maior do que seria necessário se os gastos públicos pudessem crescer de forma bem mais modesta. O lado adverso dessas medidas é que, ao retrair o crédito, o consumo e os investimentos são reduzidos, a economia tende a crescer menos e, como já discutido anteriormente, isso é justamente o que o Governo não quer para os próximos doze meses.

O resultado dessa combinação é a crença por parte do mercado de que tão cedo a inflação não retornará ao centro da meta. Porém, quanto mais tempo a inflação demorar para ser controlada, mais difícil e custoso esse processo se tornará. Quanto mais tempo a inflação permanecer acima da meta, maior será a fatia da renda corroída pelos aumentos de preços, maior será a pressão por reajustes e maior será a inércia da própria inflação. Enfim, o próximo presidente da República, seja lá quem for, irá ganhar esse belo abacaxi para descascar. ■

*Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), professor e pesquisador do GV Agro

Pecuária leiteira

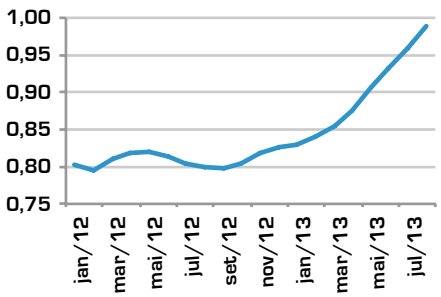
Ano de recuperação

Rafael Ribeiro[1]
Gustavo Aguiar[2]
Alcides Torres[3]

A SCOT Consultoria calcula anualmente os resultados econômicos das atividades agropecuárias, com a inclusão da pecuária leiteira. Dentre os sistemas analisados, temos a produção de leite de alta tecnologia. Este modelo preconiza a produção de 25,0 mil litros por hectare ao ano e é baseado na média de preços de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Em 2012, a rentabilidade para este sistema de produção foi de 7,7% ao ano. Para 2013, análises preliminares, comparando a média de janeiro a agosto de 2013 com o mesmo período de 2012, apontam para um melhor resultado para a atividade, com o resultado preliminar, segundo o critério citado, de 8,8% ao ano.

Brasil: Preço do leite ao produtor (média nacional em R$/litro)



Fonte: Scot Consultoria

As margens apertadas, em função da alta dos custos de produção, resultaram em um ano difícil para a pecuária leiteira em 2012. Com a quebra da safra norte-americana, causada pela estiagem no ano passado, os preços do milho e dos produtos do complexo soja (grão, farelo e óleo) ficaram elevados no mercado internacional e brasileiro.

No caso do farelo de soja, o preço mais do que dobrou. A alta foi de 106,9% de janeiro a setembro do ano passado. Para referência, o preço do leite ao produtor subiu 2,8% em 2012. Isso diminuiu de forma sensível o poder de compra do pecuarista.

O produtor sentiu a alta dos custos e reduziu os investimentos. Em dezembro de 2012, a alta acumulada em doze meses para o custo de produção, segundo o Índice Scot para o Custo de Pecuária Leiteira, foi de 11,8%.

Porém, neste ano, os custos estão em queda. No acumulado de 2013, o preço do milho e do farelo de soja caíram 32,3% e 11,9%, respectivamente. O Índice Scot, neste período, diminuiu em 3,9%. Para ajudar, o preço do leite passou a subir. Isso resultou do duplo efeito positivo do aumento do preço recebido pelas indústrias no atacado, diante da concorrência entre os laticínios para adquirir a matéria-prima.

A média nacional ponderada do preço do leite em agosto foi de R$ 0,989/litro, com alta de 23,8% frente ao mesmo período do ano passado, cujo valor fora de R$ 0,799/litro. Face à queda dos custos de produção e alta no preço do leite, a margem de lucro do produtor, certamente, teve recuperação.

Considerações finais

Com relação aos custos, a queda do preço dos grãos, principalmente em relação ao fim do ano passado, deverá compensar, em parte, a alta do salário-mínimo e dos combustíveis. Porém, o principal componente da provável melhoria dos resultados econômicos para este ano deverá ser o preço do leite, que aumenta de forma intensa.

Vale ressaltar que os dados são preliminares, e, considerando o dinamismo da atividade leiteira, esta ressalva não deve ser ignorada. Na hipótese da consolidação desse cenário, a expectativa é de que os investimentos aconteçam. O produtor precisa ganhar um tempo para colocar a casa em ordem, depois de um ano difícil como foi 2012. ■

Resultado econômico para a pecuária leiteira de alta tecnologia em 2013

Item (unidade)	Valor
Receita[1] por hectare (R$/ha)	25.473,42
Custo operacional[2] por hectare (R$/ha)	22.426,82
Lucro operacional[3] por hectare (R$/ha)	3.046,60
Rentabilidade[4] (% ao ano)	8,8%
Produção de leite anual em litros	25 mil

1 Venda da produção de leite e de animais de descarte; 2 Soma dos custos fixos (depreciações) e variáveis; 3 Receita menos o custo operacional; 4 Lucro operacional em relação ao valor dos ativos da empresa, incluindo a terra
Fonte: Scot Consultoria

1 Zootecnista da Scot Consultoria (rafael@scotconsultoria.com.br)
2 Zootecnista da Scot Consultoria (gm@scotconsultoria.com.br)
3 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria (alcides.torres@scotconsultoria.com.br)

Demanda por combustíveis

Crescimento regional desigual

Plinio M. Nastari*

AO OBSERVAMOS o crescimento do consumo de combustível do ciclo Otto separadamente nas duas grandes regiões do País, Norte-Nordeste e Centro-Sul, a constatação é de que este crescimento tem sido desigual, e bem superior no Norte-Nordeste. Os programas de distribuição de renda, o desenvolvimento da agricultura no Centro-Oeste, novas fronteiras agrícolas, como a região do Mapitoba (Maranhão-Piauí-Tocantins-Bahia), e os novos projetos industriais estruturantes nas regiões Norte e Nordeste têm aumentado o consumo de combustíveis de forma mais acelerada nestas regiões do que no resto do País.

Entre 2000 e os primeiros cinco meses de 2013, o consumo de combustíveis do ciclo Otto expandiu 143,6% na região Norte-Nordeste, passando de 341,6 para 832,3 milhões de litros por mês – percentagem muito superior à observada para o País como um todo (83,7%). Na região Centro-Sul, o crescimento, no mesmo período, foi de 72,0%.

Quanto ao comportamento de consumo de gasolina C, observamos que o consumo médio mensal em todo o País cresceu 75,3%, desde 2000, e 56,1%, desde 2009. Ou seja, evoluiu de 1.885,8 para 3.306,3 milhões de litros por mês entre 2000 e 2013. Em 2009, o consumo médio foi de 2.117,4 milhões de litros.

Na região Norte-Nordeste, o consumo médio mensal de gasolina C passou de 319,2 milhões de litros, em 2000, para 783,0 milhões de litros, nos primeiros cinco meses de 2013, ou seja, um crescimento de 145,3%. Na região Centro-Sul, o consumo médio mensal foi de 1.566,7 milhões de litros, em 2000, para 2.523,4 milhões de litros, nos primeiros cinco meses de 2013, crescimento de 61,1%.

No caso do óleo diesel, enquanto o consumo mensal do País evoluiu de 2.929,3 para 4.655,2 milhões de litros por mês, entre 2000 e 2013, equivalente a 58,9%, na região Norte-Nordeste, no mesmo período, o crescimento foi de 83,5%; já, na região Centro-Sul, o crescimento foi de 51,8%.

O desempenho da região Centro-Sul superou o da região Norte-Nordeste apenas no caso do etanol hidratado. Enquanto, no Norte-Nordeste, o consumo médio mensal de etanol hidratado foi de 45,2 milhões de litros, em 2000, para 70,5 milhões de litros, nos primeiros meses de 2013, ou seja, 56% de crescimento; na região Centro-Sul, o consumo passou de 338,5 milhões de litros, em 2000, para 730,6 milhões de litros, nos primeiros meses de 2013 – crescimento de 115,8%. Em 2009, o consumo nesta região chegou a 1.214,1 milhões de litros por mês.

Resumidamente, no período de 2000 a 2013, o consumo médio mensal de gasolina cresceu à taxa de 4,41% ao ano no País; 7,15% ao ano, na região Norte-Nordeste; e 3,73% ao ano, na região Centro-Sul. No mesmo período, o consumo médio mensal de diesel cresceu à taxa de 3,63% ao ano no Brasil; 4,78% ao ano, na região Norte-Nordeste; e 3,26% ao ano, na região Centro-Sul.

Estes números evidenciam que o consumo de combustíveis tem crescido a taxas mais elevadas na região Norte-Nordeste comparativamente às observadas na região Centro-Sul. Esse fenômeno tem gerado uma demanda crescente por serviços e infraestrutura de logística para o abastecimento de combustíveis nestas regiões e tem exigido um esforço adicional importante por parte do sistema de transporte da Petrobras e Transpetro e das principais distribuidoras de combustíveis.

A expansão de demanda de combustíveis mais acelerada nas regiões Norte e Nordeste e o fato de que as refinarias de petróleo e boa parte do sistema de produção e refino encontram-se no Centro-Sul aumentam a importância de serem rapidamente realizados mais investimentos em transporte fluvial e de cabotagem, além de reforços na infraestrutura portuária e de tancagem para dar suporte a esse desenvolvimento. ■

Evolução do consumo médio de combustíveis (milhões de litros/mês)

Região	2000 (A)	2009 (B)	2013*(C)	Var. C/A	Var. C/B
Combustíveis do ciclo Otto					
Norte-Nordeste	341,6	567,6	832,3	143,6%	46,6%
Centro-Sul	1.763,8	2.510,6	3.034,8	72,1%	20,9%
Etanol hidratado					
Norte-Nordeste	45,2	158,4	70,5	56,0%	-55,5%
Centro-Sul	338,5	1.214,1	730,6	115,8%	-39,8%
Gasolina C					
Norte-Nordeste	319,2	456,7	783,0	145,3%	71,5%
Centro-Sul	1.566,7	1.660,7	2.523,4	61,1%	51,9%
Óleo diesel					
Norte-Nordeste	659,1	884,5	1.209,7	83,5%	36,8%
Centro-Sul	2.270,2	2.807,0	3.445,4	51,8%	22,7%

* Média de janeiro a maio
Fonte: DATAGRO, Anp.

*Mestre e doutor em Economia agrícola e presidente da DATAGRO; foi professor de economia da EAESP-FGV

Agricultura de baixo carbono

Definições estratégicas para acelerar o ABC

Sérvio Túlio Prado Jr.*

EM UM futuro próximo, a relevância que o Plano de Agricultura de Baixo Carbono terá tido para o agronegócio brasileiro estará diretamente ligada a ele ter sido ou não capaz de alterar a forma como o setor é percebido pela comunidade internacional sob a perspectiva da responsabilidade ambiental. Isso é particularmente importante ao se avaliar o potencial litigioso a ser explorado por *lobbies* agrícolas dos nossos concorrentes na imposição de barreiras não tarifárias, alegando, para isso, que o Brasil não faz os esforços mitigatórios na intensidade com a qual publicamente se comprometeu.

O Plano ABC e o compromisso com a redução das emissões

As atividades ligadas à agropecuária constituem a base de 25% de todas as emissões nacionais de gases geradores do efeito estufa. Quando o País assumiu, em 2009, na 15ª Conferência das Partes (COP-15), seu compromisso de reduzir suas emissões de 36,1% a 38,9% em relação ao que emitiria em 2020 caso nada fosse feito, a parte correspondente ao setor agropecuário foi a de eliminar do total da sua projeção de emissões algo entre 133 a 166 milhões de toneladas de CO_2 equivalente.

O Plano, sem dúvida alguma, já é uma realidade em andamento. São sete programas distintos, com destaque especial para aquele voltado à recuperação de pastagens degradadas, capaz de, sozinho, trazer mais de 60% das reduções prometidas. Em todos os estados brasileiros, ainda que em diferentes graus de avanço, há grupos gestores promovendo a capilarização de iniciativas locais de divulgação e capacitação nas técnicas da agricultura de baixo carbono. O Programa ABC, que é o veículo definido pelo governo federal para a alocação dos recursos financeiros do Plano, tem levado um volume crescente de recursos aos produtores: para o ano safra 2010/2011, foram R$ 418,5 milhões; para 2011/2012, foi R$ 1,51 bilhão; e, para 2012/2013, a expectativa do MAPA é que se consiga chegar a R$ 4,5 bilhões.

Difundindo o Plano ABC

Ao longo dos últimos dois anos, o MAPA tem, adicionalmente, promovido palestras, seminários estaduais, simpósios e dias de campo, principalmente nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins. O principal objetivo destes eventos é o nivelamento de instrutores e multiplicadores em três das tecnologias do plano: a recuperação de pastagens, a integração lavoura-pecuária-floresta e o sistema de plantio direto. Como resultado desses esforços, 6.170 pessoas foram treinadas, entre produtores e técnicos. Em estudos promovidos para a constituição da Anater (Agência Nacional de Extensão Rural), estima-se que o mínimo de técnicos treinados necessários para a cobertura do território nacional seja de 15.000, sendo o número ótimo 70.000.

Como se pode bem imaginar pela baixa representatividade do número acima apresentado para um país com as dimensões do Brasil, o grau de desconhecimento sobre o Plano ABC é ainda muito grande. A adequada disseminação dos



SHUTTERSTOCK

princípios e tecnologias do Plano é essencial para expandir a sua adoção por parte dos produtores. No entanto, mais do que uma maior disponibilização de eventos e de uma maior massa de pessoas por eles atingida – que são fundamentais, sem dúvida –, é necessário que a exposição às novas informações tenha a qualidade e o impacto suficientes para levar concretamente à adesão das novas práticas. Em primeiro lugar, é o produtor, no início da cadeia, o único a poder agir de fato sobre a natureza e reverter o quadro mitigatório na agropecuária do País. Ele não poderá ser forçado a fazê-lo, mas convencido dos méritos econômicos da adoção da tecnologia de baixo carbono.

Melhorar a governança para ampliar o ABC

A grande questão que se coloca, portanto, não é do que já se está fazendo, mas do quanto ainda há para fazer em um espaço de tempo relativamente exíguo. Para que resultados possam ser de fato aferidos em 2020, é necessário uma considerável aceleração no ritmo de implementação do Plano, que não será conseguida se os seus mecanismos de cobrança e acompanhamento de resultados não se tornarem muito mais assertivos do que vêm sendo até agora. É isso o que demonstra o estudo sobre a governança do Plano ABC publicado pelo Observatório ABC no início do mês de setembro. Como em qualquer processo de implementação de estratégia, um sistema de monitoramento mais eficaz significaria, com certeza, um tratamento mais acurado e uma maior agilidade na correção de possíveis ineficiências e distorções no desdobramento do Plano até cada uma das propriedades rurais que ele precisa atingir.

Em função da multiplicidade de atores e níveis de atuação, os processos que correspondem ao desdobramento das ações, à alocação de responsabilidades e definição do fluxo decisório, à definição de metas intermediárias e ao monitoramento de resultados não foram suficientemente trabalhados no texto original do Plano e precisariam ser melhor desenvolvidos. Ou seja, os mecanismos concretos de um sistema efetivo de governança e controle ainda precisariam ser melhor desenhados e detalhados.

Além dessa melhor conceituação e detalhamento em seus mecanismos de governança, seria também fundamental que houvesse uma maior aproximação entre os sistemas de controle usados pelo agente financiador e aqueles a serem usados pelas instâncias de governança em nível federal, estadual e, em algum momento, municipal. No escopo do estudo publicado no mês passado pelo Observatório ABC, ficou patente a distância que existe entre o que se tem conseguido realizar em termos de Programa ABC e o provimento de informações de acompanhamento e controle que possam dar uma maior clareza sob o atingimento efetivo dos objetivos do Plano.

Para o Observatório ABC, considerando-se que se define como fórum de engajamento da sociedade brasileira na transição para uma agricultura efetivamente sustentável, é fundamental que esses ajustes sejam executados o quanto antes. O tempo não corre mais a nosso favor... ■

Recomendações para aperfeiçoar o Plano ABC

Em termos de uma recomendação mais geral, fica claro que é importante que um processo de refinamento da estrutura de governança e tomada de decisão do Plano possa ocorrer de forma tão inclusiva e representativa como reconhecidamente foi o de sua elaboração. Nesse sentido, aqueles atores que possam vir a desempenhar um papel e a assumir responsabilidades em relação à implementação das ações já previstas deveriam ser convidados a participar de um novo Grupo de Trabalho, dando uma maior amplitude, consistência, profundidade e pragmatismo aos mecanismos que ali viessem a ser discutidos e selecionados para implementação.

Em termos de recomendações mais específicas, o Estudo 2 propõe que este grupo de atores – legitimado como representante dos *stakeholders* da agricultura de baixo carbono – produza encaminhamentos mais precisos para o conjunto de fragilidades identificadas no Plano, incorrendo nas seguintes ações:

• Avaliação realista da capacidade de atuação e resposta de cada um dos possíveis envolvidos na implementação e no controle de resultados do Plano;

• Definição de sanções e/ou estímulos associados ao Plano ABC a serem sustentados por lei, tanto em nível nacional, como estadual;

• Definição sobre o tipo de desdobramento desejável em termos de marcos legais estaduais consistentes em relação às premissas do Plano;

• Distinção entre o poder regulamentador (quem define as regras) e o regulador (quem garante que as regras serão, de fato, seguidas) na estrutura de governança do Plano;

• Definição da cadeia de responsabilidades para o desdobramento das ações previstas e respectiva cobrança de resultados – isso para todos os níveis do Plano;

• Definição de metas intermediárias (anuais) e seu desdobramento nos diversos níveis de atuação e programas previstos no Plano;

• Definição dos mecanismos de controle, acompanhamento e prestação de contas do Plano e de quem deve ser o responsável pela sua efetiva aplicação, contando aqui com a participação ativa e com o comprometimento do agente financiador do Plano via Programa ABC;

• Redefinição, ampliação e aprimoramento dos mecanismos de disseminação até agora previstos no Plano.

* Professor de Estratégia na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EAESP-FGV)

Continente africano

Consumidor e produtor

Tassia Gerbasi[1]
Marcos Fava Neves[2]

DE 2006 a 2010, o ostentoso Aeroporto Internacional O.R. Tambo, próximo de Johannesburgo, a maior cidade da África do Sul, passou por diversas transformações e ampla expansão. Com diversos locais que sempre são uma oportunidade e experiência muito rica e agregadora de conhecimento, este país recebe milhares de visitantes por ano.

É uma nação repleta de maravilhas e contrastes, como observado da movimentada Johannesburgo até as três belas capitais, Cidade do Cabo (capital legislativa), Pretória (capital executiva) e Bloemfontein (capital jurídica). Em Malmesbury, temos cooperativas importantes, enquanto a cidade de Bothaville abriga uma das principais feiras agropecuárias do mundo (Nampo), realizada no mês de maio. As incríveis montanhas de Clarens e Drakensberg proporcionam vistas panorâmicas. Na degustação, podemos mencionar os saborosos vinhos tintos Pinotage, em um cenário dos sonhos.

Com a oportunidade de envolvimento em discussões com produtores, indústrias e oficiais do governo a respeito de toda a África, coletamos vários materiais, fizemos perguntas e ouvimos as pessoas. O aprendizado é sempre insuficiente sobre como este continente ímpar foi construído. É difícil a missão, e há o perigo da generalização a partir da África do Sul, pois, no continente, são encontrados dezenas de países e milhares de línguas diferentes.

Nos últimos anos, a África apresentou um desenvolvimento contínuo, porém não homogêneo. Fica claro que países antes socialistas, com uma mudança de conduta para outras estruturas de governo, apresentam os melhores resultados. A maior parte dos países africanos são, agora, democracias. As empresas privadas estão se fortalecendo, com ajudas governamentais. Em vários países, a violência está em declínio, devido a aspectos como o fim da Guerra Fria, a maior atenção da mídia e o despertar da sociedade baseado nas informações oriundas da internet. Com isso, há o desenvolvimento das instituições. As políticas de desarmamento e de grande investimento em educação contribuem ainda mais para a melhoria dos padrões de vida.

Esta melhoria contínua atrai cada vez mais investidores estrangeiros, na busca das oportunidades oferecidas pelo continente. No ano de 2002, os investimentos estrangeiros diretos (IED) contabilizavam valores próximos a US$ 15 bilhões. Dez anos mais tarde, em 2012, estes valores passaram para a casa dos US$ 46 bilhões.

A África ainda não é o maior foco de atenção dos estrategistas em alimentos e agronegócios. Esse pode ser considerado um grande erro se olharmos através de duas lentes ou, dizendo melhor, dois pontos de vista: produção e consumo.

Nas lentes do **consumo**, é importante dizer que a África, juntamente com o Oriente Médio, é o maior importador de alimentos do mundo. Atualmente, o continente abriga 16% de toda população mundial, com algo em torno de 1 bilhão de habitantes, sendo que, até 2050, esta proporção deve saltar para 23%, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Seu crescimento como um importante importador é justificado pelo amplo crescimento econômico de muitos de seus países: crescimento contínuo de 6% a 10% no Produto Interno Bruto (PIB) por ano, seguido de melhor distribuição de renda e crescimento da classe média.

Países africanos também enfrentam o processo de crescimento da urbanização. Vale lembrar que alguns destes países são bastante populosos. A Nigéria possui 165 milhões



SHUTTERSTOCK

de habitantes, enquanto a Etiópia, Egito e Congo estão na faixa de 75 a 90 milhões de habitantes. África do Sul, Uganda, Quênia e Sudão ficam no intervalo de 35 a 50 milhões habitantes. De 20 a 30 milhões de habitantes, temos Moçambique, Camarões, Gana, Costa do Marfim, Marrocos, Argélia, Madagascar e Angola. A África possui cinquenta e cinco cidades com mais de 1 milhão de habitantes cada e mantém, ainda, uma população urbana de apenas 40%.

Relativo ao mercado de proteína animal, segundo dados do Rabobank, a África teve, nos últimos dez anos, expressivo aumento de 70% no consumo, sendo que a população ainda possui baixo acesso a este tipo de proteína.

É esperado que a África e o Oriente Médio respondam por 50% de todo crescimento das importações mundiais de carnes até 2022; 53% do trigo; 50% de arroz; e 25% do óleo de soja. Com o consumo de alimentos na África continuando a crescer, alguns países também estão desenvolvendo políticas relacionadas à segurança alimentar.

Nas lentes da **produção** de alimentos, também podemos dizer que seria um erro não dar a devida atenção para a África. É reconhecido que a América do Sul está crescendo rapidamente e que será o futuro fornecedor de alimentos para o mundo, porém ela não será suficiente. Países africanos deverão exercer importante papel, uma vez que muitos destes países estão repletos de recursos para produção. O continente detém 20% do território mundial, sendo que cerca de 60% das terras aráveis do planeta estão ali presentes.

A tarefa de alimentar o mundo pressionará ainda mais os recursos de países ou regiões produtoras de alimentos. Entre os recursos, consideramos terra (solo), água, pessoas, tecnologia, informação, conectividade, crédito, energia (sol e elétrica), instituições e governo, capacidade de armazenamento, transporte e logística, insumos agrícolas e, finalmente, gestão. A percepção geral é a de que, se os países satisfizerem essas questões, com melhores meios de gerenciá-las, serão aqueles que irão capturar a maior parte do crescimento, promoção e desenvolvimento dos mercados de alimento e de itens relacionados ao agro. E é nesse ponto que a África ainda continua na luta

Como conclusão geral, podemos dizer que a África encontra-se em um cenário muito positivo. Nos próximos dez anos, certamente, muito será ainda falado a seu respeito, principalmente acerca do seu papel como líder no consumo mundial de alimentos. Grandes investimentos serão realizados, e vivenciaremos um real laboratório de experiências do agronegócio. Após este período, falaremos de uma África alcançando a segurança alimentar e, até mesmo, se tornando um exportador de alimentos. Existem variadas oportunidades no continente. O verdadeiro empresário do agronegócio, aquele que enxerga à frente, já agendou seu voo, está pousando ou, até mesmo, já desembarcou no Aeroporto Internacional O.R. Tambo, na busca de negócios lucrativos, da construção de relacionamentos e de novos investimentos. ■

Diagnósticos

- Ausência de instituições, instabilidade política e altas taxas de mortalidade;
- Pessoas não qualificadas para exercer a função pública e promover a mudança;
- Práticas agrícolas insustentáveis, com degradação do solo e outros recursos naturais;
- Logística deficiente: mesmo países que possuem petróleo não investem;
- Atividades de mineração ocupam o espaço da agricultura, como na África do Sul;
- Sistema de produção de alimentos muito fragmentado e de pouca integração;
- Dificuldades de acesso a mercados e relações internacionais fracas;
- Pequenos produtores isolados dos mercados comerciais;
- Produtividade muito abaixo da média mundial;
- Disponibilidade baixa de crédito;
- Infraestrutura em desacordo com as necessidades da agricultura e do setor de alimentos;
- Falta de uma política de seguros.

Plano de ação

- Biocombustíveis darão mais poder aos produtores e à sociedade;
- Maior engajamento dos produtores comerciais;
- Envolvimento de pequenos produtores;
- Gerações mais jovens e mulheres devem passar por um processo de aumento de poder;
- Segurança alimentar e postos de trabalho por meio do agronegócio;
- Investimentos na criação de empregos, com inclusão social e desenvolvimento econômico constante;
- Melhorias nas condições de fronteiras produtivas, com redução dos custos de logística;
- Busca de relações comerciais com melhor coordenação e menor custo de transação;
- Maior produtividade com o fortalecimento na transferência de tecnologia;
- Aumento do acesso à informação por meio da internet e de outras fontes;
- Conhecimento para a construção de maiores capacidades de pesquisa;
- O ambiente de comercialização, as leis e as regulamentações devem ser melhorados;
- Organizações setoriais devem ser estruturadas e fortalecidas;
- Estruturação de programas para melhor utilização dos recursos citados anteriormente.

1 Mestranda em Administração na FEA-RP/USP e pesquisadora da Markestrat
2 Professor titular da FEA-RP/USP e coordenador científico da Markestrat

Biocombustíveis

Mudança no mandato na UE

Bruno Benzaquen Perosa*

A CONSTRUÇÃO do mercado internacional de bicombustíveis está fortemente apoiada em programas de inclusão de fontes de energia renovável nas nações de renda mais elevada. Nesse sentido, os mandatos de bicombustíveis adotados pelos EUA e pela União Europeia foram fundamentais para criar expectativas de investidores que apostaram no setor bioenergético brasileiro ao longo da última década. Contudo, o acesso a esses mercados perpassa o cumprimento de critérios de sustentabilidade socioambiental que estão previstos nos mandatos estabelecidos.

Enquanto os EUA adotaram uma metodologia mais ampla para avaliação de sustentabilidade, a Europa buscou indicadores mais aprofundados. Dessa forma, a Renewable Energy Directive (RED), aprovada no parlamento europeu em 2009, focou-se mais nos chamados efeitos diretos, como a poluição de solo e água, efeitos sobre a biodiversidade e condições de trabalho. Ainda assim, diversos grupos do bloco europeu demonstravam preocupação com os potenciais efeitos indiretos que a produção de biocombustíveis poderia causar sobre a ocupação territorial e a produção de alimentos em outros países.

Nos últimos anos, iniciou-se um intenso debate no bloco europeu sobre a necessidade de se incluir critérios adicionais para pelo menos parte do mandato de biocombustíveis adotado nos países-membros. Nessa discussão, surgiu uma distinção entre os *crop-based biofuels* e aqueles que não utilizavam matérias-primas alimentares. No último dia 11 de setembro, essas queixas foram incorporadas a uma nova proposta de atualização da RED, com a aprovação de metas para mistura de biocombustíveis da União Europeia.

Manteve-se a meta estabelecida na RED (2009), em que 10% dos combustíveis utilizados para transporte no bloco deverão ser renováveis até 2020. Porém, foram alteradas as submetas de tipos de biocombustíveis necessárias para compor estes 10%:

- 1,5% deverá ser de combustíveis limpos, como eletricidade renovável, hidrogênio e biocombustíveis feitos com óleos vegetais reciclados e sebo animal;
- 2,5% deverão ser dos biocombustíveis avançados (ou 2ª geração), especialmente daqueles produzidos a partir de resíduos e fontes celulósicas;
- 6,0% deverão ser dos biocombustíveis de 1ª geração feitos a partir de matérias-primas alimentares (*crop-based*).

Atualmente, os biocombustíveis de 1ª geração, como o etanol, ocupam até 7,5% da meta para combustíveis renováveis. Assim, essa nova regulamentação poderia reduzir o mercado potencial para o etanol brasileiro, dado que este é considerado um *crop-based biofuel*, de forma análoga a outros combustíveis feitos a partir de grãos e oleaginosas.

Nesse sentido, mesmo apresentando melhor desempenho ambiental, o etanol de cana-de-açúcar foi tratado de forma semelhante a outros combustíveis que têm impacto maior sobre as preocupações que deram origem à aprovação desse novo marco regulatório. O impacto sobre a produção de alimentos pode ser mencionado nesse sentido, dado que o etanol brasileiro é bem menos danoso do que seu similar feito de milho, como demonstram as análises de ILUC realizadas pela própria agência ambiental norte-americana (EPA). Assim, um elemento que poderia ser favorável ao etanol de cana-de-açúcar acabou por reduzir o mercado potencial para este produto no mercado europeu.

Qual a importância do mercado europeu para o setor sucroenergético brasileiro?

O mercado europeu constituiu um dos principais alvos das exportações brasileiras na última década. Antes da crise financeira e climática que se abateu sobre o setor sucroalcooleiro brasileiro a partir de 2009, o bloco europeu alternou-se com os EUA como um dos principais mercados para o produto brasileiro.

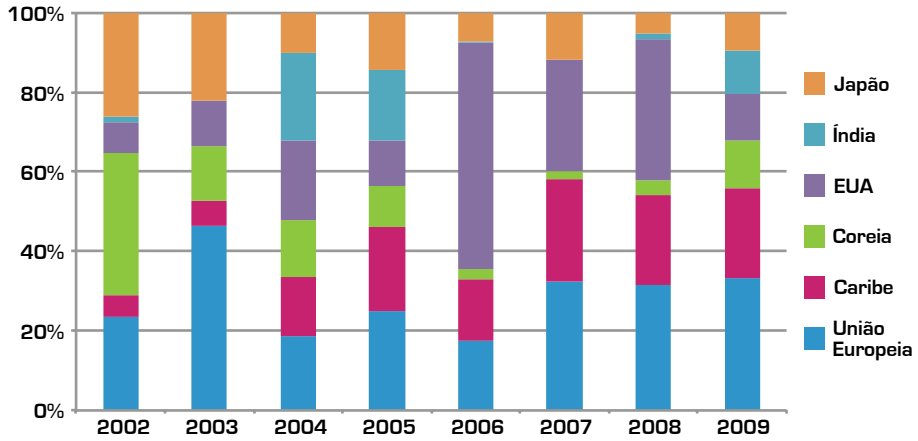
Essa importância explica a grande atenção dada pela UNICA ao longo da última década no sentido de abrir os mercados europeu e norte-americano, sendo ela considerada exitosa pela maior parte dos analistas comerciais. Apoiada no argumento de que grandes áreas ocupadas com pecuária extensiva seriam substituídas ou intensificadas com a elevação do custo de oportunidade da terra derivada da maior demanda para plantar cana, comprovou-se que o Brasil podia elevar a produção de etanol sem reduzir a produção de alimentos ou pressionar áreas ambientalmente sensíveis, como a Amazônia ou o Pantanal.

Nos EUA, o etanol brasileiro foi classificado pela agência ambiental americana (EPA) na categoria de bicombustível avançado (redução de mais de 50% das



SHUTTERSTOCK

Principais destinos das exportações brasileiras de etanol na década de 2000



Fonte: Radar Comercial

emissões em relação à gasolina), ocupando um nicho diferenciado no mandato daquele país. Já, na Europa, a entrada foi obtida por meio de certificações voluntárias, como a Bonsucro[1], que deram acesso a diversas usinas brasileiras.

Apesar de o Brasil não ter aproveitado o acesso que obteve aos mercados europeu e norte-americano nos últimos anos, devido aos problemas climáticos e financeiros mencionados, mudanças como as ocorridas na União Europeia podem impactar sobre as expectativas dos investidores internacionais presentes no setor sucroenergético brasileiro. A entrada de grandes grupos, como Shell, BP, Bunge, entre outros, esteve fortemente apoiada na expectativa de abertura de um mercado internacional para biocombustíveis. Nesse sentido, os mandatos aprovados nos EUA e na União Europeia ao longo da última década tiveram papel fundamental na construção destas expectativas, contribuindo sobremaneira para a internacionalização da produção de biocombustíveis no Brasil.

A redução de tais expectativas com novas leis que venham a restringir ou atrasar os mandatos aprovados anteriormente pode afetar negativamente as decisões de investimento, tornando mais escassos os recursos disponibilizados para expansão e renovação de canaviais, bem como para melhorias no processo industrial. Dado que o setor já enfrenta uma restrição financeira severa desde a crise de 2008, poderia ocorrer um atraso na retomada dos investimentos necessários para que a produção de biocombustíveis brasileira retome sua trajetória de crescimento.

Vale lembrar que a votação do último dia 11 de setembro representa somente a primeira etapa para a atualização definitiva das diretivas da União Europeia. Os próximos passos incluiriam a elaboração de um texto incorporando as mudanças no Conselho Europeu, que precisaria ser aprovado em votação no Parlamento Europeu. Assim, é fundamental que a representação do setor de biocombustíveis brasileiro se faça ouvir nesse processo legislativo, de forma a mostrar a diferença de *performance* socioambiental do etanol de cana-de-açúcar em relação a outros biocombustíveis de primeira geração que apresentam impacto negativo sobre o meio ambiente e a produção de alimentos.

E esta diferenciação pode ser facilitada por outro ponto relevante que ainda não foi votado, mas que já vem sendo analisado pelos reguladores europeus: os efeitos indiretos. Apesar de ainda se mostrarem reticentes em relação às metodologias para mensurar o chamado uso indireto da terra (ILUC, sigla em inglês), espera-se que, dentro dos próximos anos, este tipo de critério passe a ser considerado na categorização dos biocombustíveis que adentrarem no território. Nos EUA, estes efeitos já são amplamente considerados, e o etanol brasileiro conseguiu excelentes resultados, que lhe garantiram um importante nicho de mercado. Essa é mais uma oportunidade para que a sustentabilidade da produção de biocombustíveis em território brasileiro seja demonstrada junto a potenciais consumidores. ■

1 Criada partir a partir da associação de produtores e processadores de cana-de-açúcar, a Bonsucro é uma certificação aprovada pela Comissão Europeia que avalia a produção de biocombustíveis conforme os critérios de sustentabilidade estabelecidos pela diretiva europeia de energia renovável.

*Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e pesquisador do projeto AlcScens (FAPESP) (bruno@perosa.com.br)

Safra

Crescimento do valor da produção

José Garcia Gasques[1]
Eliana Teles Bastos[2]

A ESTIMATIVA referente ao mês de agosto para o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária totaliza R$ 411,9 bilhões, sendo que R$ 276,0 bilhões referem-se a lavouras e R$ 135,9 bilhões, à pecuária. Por estes números, verifica-se que 67% do VBP referem-se às lavouras e 33%, à pecuária. O MAPA passa a divulgar mensalmente estes valores, que anteriormente não incorporavam o valor da produção pecuária.

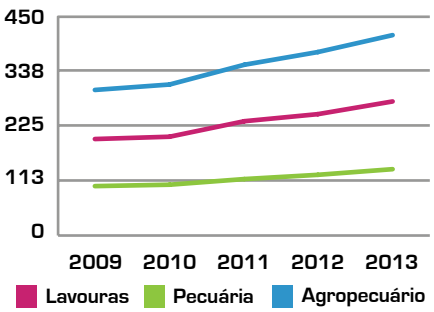
Isso permitirá trazer um aperfeiçoamento às estatísticas agropecuárias brasileiras, devido à importância da pecuária na formação da renda. Com a introdução desta nova atividade, o VBP da agropecuária passa a ser estimado de maneira mais completa, principalmente onde a pecuária é uma atividade relevante, como nos estados do Norte e Nordeste e estados como Santa Catarina, no Sul.

Nas lavouras, o crescimento real previsto do VBP, neste ano, é 10,3% superior ao de 2012, enquanto, na pecuária, o aumento previsto é de 8,6%.

Entre as lavouras, o pior desempenho, neste ano, está ocorrendo no algodão, com queda de 31,2% no VBP, e no café, com queda de 28,3%. No algodão, a queda do valor deve-se, principalmente, à acentuada redução de produção neste ano (-31,9%); no café, a queda do valor deve-se a menores preços (-26,1% do Arábica e -9,8% do Conilon) e, também, à redução da quantidade produzida (-7,0%).

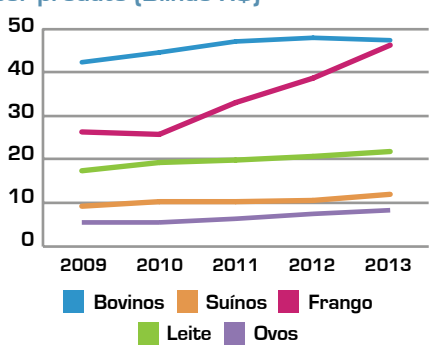
Porém, a maior parte das lavouras vem apresentando, em 2013, resultados melhores do que no ano passado. Os maiores destaques, entretanto, podem ser observados em: batata-inglesa, feijão, laranja, tomate, soja e trigo. Num nível pouco abaixo, situam-se arroz, banana, cana-de-açúcar e milho.

Brasil: Valor Bruto da Produção (Bilhão R$)



Elaboração: AGE/MAPA
Fonte: IBGE/FGV Dados/Cepea/Esalq-USP

Brasil: Valor Bruto da Produção por produto (Bilhão R$)



Elaboração: AGE/MAPA
Fonte: IBGE/FGV Dados/Cepea/Esalq-USP

Na formação do VBP da pecuária, o maior crescimento, neste ano, vem ocorrendo no setor de frangos, com um aumento de 19,9%, e no de suínos, com aumento de 13,3%. Em bovinos, registra-se uma redução de 1,0% no VBP em relação ao ano passado. Constata-se, também, que, neste ano, frango e bovinos correspondem a 69,0% do VBP da pecuária.

Os valores regionais mostram que a região Norte é a região brasileira onde o valor da produção pecuária é superior ao valor das lavouras. Neste ano, a pecuária representa 55,3% do VBP total nesta região. O predomínio é dado pelos abates de bovinos. No Centro-Oeste, também a produção pecuária é muito expressiva e representa 34,5% do VBP da região. No Nordeste, com exceção da Bahia, Alagoas e Pernambuco, os abates de bovinos representam cerca de 50% do VBP. Também é expressivo o crescimento do valor da produção de frangos em vários estados do Nordeste. Outros destaques podem ser observados nas informações à medida que se observa as informações pecuárias referentes a bovinos, suínos, frangos, leite e ovos, como se pode ver no gráfico dos produtos da pecuária. ■

1 Coordenador geral de Planejamento Estratégico na AGE/MAPA e no Ipea
2 Assistente técnica na AGE/MAPA

Setor sucroalcooleiro

Sinais distorcidos

Manuela M. Czinar*

A SAFRA 2013/14 do Centro-Sul iniciou-se cercada de dúvidas em relação ao *mix* de produção entre açúcar e etanol das usinas. Desde 2010, não se via os preços do açúcar e do etanol tão próximos. Em parte, isso se deve à queda dos preços internacionais do açúcar em resposta ao desbalanceamento entre a oferta e a demanda mundiais. Porém, também é necessário reconhecer a contribuição da melhora dos preços do etanol nas usinas, possibilitada pelo aumento do preço da gasolina em janeiro deste ano e pela desoneração do PIS/COFINS em vigor desde o último mês de maio.

Recentemente, a desvalorização do real e a relativa recuperação dos preços do açúcar no mercado internacional colocaram novamente o açúcar como o produto mais rentável dentro das possibilidades para o uso da sacarose da cana. Porém, dentro do processo decisório das usinas sobre qual o foco de sua produção, não é levada em consideração somente a paridade de preços entre açúcar e etanol, mas também quais os compromissos de venda e financiamento:

• No caso de se optar por mudar o foco da produção do açúcar para o etanol, há que se considerar alguns custos, como o custo de *washout* (custo para deixar de entregar o volume de um contrato, geralmente de açúcar para exportação), o qual varia de acordo com as partes envolvidas e a situação do mercado do açúcar no momento. Além disso, alguns bancos exigem contratos de exportação como contrapartida para financiamentos com base em moeda estrangeira.

• Já, no caso de se alterar o *mix* de mais "alcooleiro" para mais "açucareiro", há que se pensar nos possíveis compromissos de entrega e estocagem de etanol (como, por exemplo, a resolução 67/2011 da ANP) ou, até mesmo, a necessidade de caixa da usina, uma vez que o mercado de açúcar tende a ter uma liquidez menor do que a do etanol.

• Ainda há que se considerar dificuldades e limites técnicos, sendo que é de se esperar que, na época de maior moagem e melhor qualidade da cana, obtenha-se uma maior produção de açúcar do que durante a fase inicial e final da safra, quando é mais simples produzir etanol.

Os dados quinzenais de produção do Centrol-Sul divulgados pela UNICA indicam que o *mix* está mais "alcooleiro" do que na safra 2012/13. Simulações indicam que, se as usinas continuarem seguindo o mesmo padrão apresentado até o mês de agosto, o *mix* final da safra ficará entre 44,5% e 45,0% para o açúcar, enquanto, na safra passada, atingiu os 49,5%. Porém, caso as usinas optem por voltar suas produções fortemente para o açúcar, como observado no ano passado, o *mix* pode ir para próximo de 48,0%. Tal diferença terá um impacto muito importante no mercado de açúcar e etanol, já que a variação de um ponto percentual no *mix* para mais ou para menos altera a produção de açúcar em aproximadamente 770 mil toneladas e a de etanol, em aproximadamente 475 mil m³ (utilizando como base a previsão de safra da UNICA divulgada em abril, de 589,6 milhões de toneladas de moagem e 136,7 kg/t de cana de ATR).

Os preços do etanol e do açúcar devem refletir, de certa maneira, a maior ou menor necessidade da população em relação a um determinado produto, porém se pode questionar a valorização dos preços do açúcar durante o mês de agosto e início de setembro, uma vez que a safra mundial 2013/14 inicia-se oficialmente em outubro, sendo esperado o quarto superávit consecutivo de açúcar. Já os preços do etanol deveriam refletir o contínuo crescimento da frota de veículos leves no Brasil e o consequente aumento do consumo de combustíveis na casa de 4% a.a., mesmo quando a economia como um todo não deve crescer mais de 2,5% em 2013.

Isso tudo, aliado à desvalorização do câmbio, está, de certa maneira, enviando sinais distorcidos para as usinas, indicando que o mundo está precisando de mais açúcar, quando, na verdade, tem seus armazéns cheios. Sendo assim, as próximas divulgações da produção quinzenal pela UNICA poderão trazer volatilidade aos preços do açúcar e do etanol, e será interessante acompanhar a resposta das usinas a essas mudanças relativas de rentabilidade dos dois produtos, sendo que, até o final de agosto, o uso da flexibilidade das usinas a favor da melhor remuneração não foi completamente explorado. ■

Paridade entre preço do etanol e do açúcar?

Geralmente, fala-se em paridade do preço do etanol e do açúcar com base no estado de São Paulo. Porém, nem sempre essa relação é completamente verdadeira. Alguns incentivos tributários, como aqueles que isentam parcialmente as usinas instaladas em Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná do pagamento do ICMS incidente sobre o etanol, afetam esta paridade, de maneira a deixar a produção de etanol mais atrativa naqueles estados quando se compara às usinas de São Paulo.

* Mestre em Agroenergia pela FGV-SP

Segurança alimentar

Desafios da nova legislação norte-americana

Daniel Ramos*

O AUMENTO da dependência na importação de alimentos aumenta também a preocupação com a segurança alimentar. Diversos países têm estabelecido políticas públicas com o objetivo de garantir que os alimentos importados não tragam riscos para a saúde de seus cidadãos. Com isso, padrões técnicos e sanitários cada vez mais rígidos têm sido implementados, incluindo a exigência de práticas de rastreabilidade, etiquetagem, controle para resíduos, além do estímulo ao desenvolvimento de padrões privados. As exigências, no entanto, engendram altos custos para os produtores agrícolas, que devem conformar-se a padrões diversos e com níveis de proteção distintos a depender do mercado para o qual pretendam exportar seus produtos.

A preocupação com a correta calibragem dos mecanismos tem refletido nas negociações comerciais internacionais, seja no âmbito multilateral, com a Organização Mundial do Comércio (OMC), seja em tratativas bilaterais e regionais, como os novos acordos regionais compreensivos sendo negociados pelos EUA com a Ásia (Trans-Pacific Partnership) e com a Europa (Transatlantic Trade and Investment Partnership – TTIP).

É nesse contexto que os EUA publicaram, em janeiro de 2011, o Food Safety Modernization Act (FSMA), com o objetivo de modificar completamente seu sistema de controle para segurança alimentar. Tradicionalmente e seguindo as regras estabelecidas na OMC, os países têm liberdade para determinar o nível de proteção que desejam, desde que baseados em critérios científicos, de preferência seguindo padrões internacionais estabelecidos por organizações internacionais reconhecidas do setor.

Com base no FSMA, a Autoridade Sanitária Americana (FDA) pretende dividir o encargo da fiscalização com produtores e importadores, além de delegar parte de suas atribuições de controle para terceiros. Quatro novos regulamentos estão em fase de audiência pública e devem entrar em vigor até o fim de 2014. Os regulamentos têm gerado polêmica e o receio de que barreiras desnecessárias ao comércio agrícola sejam erguidas. Vale ressaltar que os novos regulamentos não se aplicam a carnes, frangos e ovos processados.

Assim sendo, alguns pontos chamam a atenção por seu potencial violador às regras da OMC:

1. Caso alguma propriedade produtora no Brasil recuse-se a receber os representantes da FDA para verificação *in loco*, suas exportações poderão ser impedidas de acessar o mercado americano. *A priori*, a medida, que já está em vigor, parece ser contrária ao princípio de embasamento científico das restrições à importação.

2. Diversos novos encargos serão criados para a empresa americana que pretenda importar alimentos, passando o importador a ser responsável por aferir potenciais perigos na cadeia produtiva do alimento, inclusive devendo, em alguns casos, efetuar auditorias nas propriedades de seus fornecedores estrangeiros. Essas obrigações e responsabilidades gerarão custos significativos para as empresas americanas, que podem preferir adquirir produtos americanos – dado que os custos da fiscalização sobre os produtos nacionais são incorridos pela própria FDA.

3. Por outro lado, o conhecimento e utilização corretos das novas regras podem oferecer importante margem para exportadores. Há a possibilidade de que autoridades nacionais, como a Anvisa, sejam reconhecidas pela FDA para certificação das propriedades aptas a exportar para o mercado americano. Além disso, propriedades que apresentem baixa incidência de problemas poderão ser enquadradas em sistemas expeditos (*fast track*) de controle, ensejando menos custos para importadores e, certamente, tendo vantagem comparativa em relação aos demais fornecedores.

A participação e supervisão ativa do setor do agronegócio brasileiro são indispensáveis para evitar que a implementação do FSMA inviabilize o acesso de produtos brasileiros ao mercado americano. Além disso, considerando que os EUA têm papel central na negociação de novos acordos comerciais, é imperativo que os setores produtivos brasileiros participem desse processo de regulamentação interna, para evitar que o modelo americano cristalize-se de maneira negativa e sirva como parâmetro para futuras negociações internacionais no tema. ■

* Doutorando em Direito Internacional pela USP e Sorbonne e advogado no L.O. Baptista Advogados

Caderno I

Avaliação do V Fórum Abisolo

O tema central do V Fórum da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo) tratou da questão da "Modernidade, Gestão e Tecnologia em Nutrição Vegetal" e aconteceu simultaneamente à 1ª Fertishow (Exposição Nacional e Internacional da Indústria de Fertilizantes Especiais). Estes eventos foram realizados entre os dias 21 a 23 de agosto, em Ribeirão Preto-SP, no Centro de Convenções Pereira Alvim. A expectativa dos organizadores foi plenamente preenchida, com a participação de quase 400 inscritos no V Fórum (70% acima da edição anterior) e 1.000 visitantes na primeira edição da exposição.



Parceria com o Governo

Roberto Levrero*

O V Fórum da Abisolo e a 1ª Fertishow representam mais dois grandes esforços da Abisolo para a divulgação da importância dos micronutrientes e demais insumos produzidos pela indústria brasileira, com tecnologia nacional e mundial. É uma contribuição concreta para o aumento da produtividade agrícola do País. Temos de dar a nossa contribuição para a modernização e atualização dos marcos regulatórios. Precisamos dar condições para que se crie um ambiente empresarial motivador para o lançamento de produtos modernos e mais eficazes. Dessa maneira, compartilharemos experiências com produtores, para ampliar o seu acesso a modernas tecnologias agrícolas.

É fundamental estreitar a parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para dar mais velocidade ao registro e sustentar uma fiscalização educadora dos fertilizantes especiais. Já a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) representa o farol técnico para o setor ter capacidade para acompanhar a evolução em curso no mundo sobre a nutrição vegetal. Como não podemos ficar para trás na corrida tecnológica, esse apoio governamental traz transparência e sugestões para garantir insumos de qualidade para a segurança alimentar e ambiental do País.

*Presidente da Abisolo



Negócio em expansão

Franco Borsari*

Devemos olhar com muito carinho esse segmento nacional emergente representado pelos chamados fertilizantes especiais, responsável pela produção dos fertilizantes orgânicos, organominerais, biofertilizantes, condicionadores de solo e substratos para plantas. O uso destes produtos na agricultura brasileira cresce, em média, 15% ao ano. Representado pela Abisolo, este setor fatura cerca de R$ 3 bilhões por ano e gera emprego para mais de 12 mil pessoas. Estima-se que existam cerca de 200 empresas no mercado, a grande maioria de capitais nacionais, das quais mais de um terço é associado da Abisolo, com participação em montante aproximado de dois terços do montante de negócios setoriais.

Estamos no esforço de aprimorar as estatísticas do setor para demonstrar como o campo evoluiu para uma nova era de tecnologia na nutrição de plantas. Com a coleta de números, abrimos um novo espaço pra conversarmos em termos do desenvolvimento de análise e da proposição de estratégias para a valorização do negócio em si, que acreditamos ser uma das prioridades dos sócios contribuintes da Abisolo.

*Diretor da consultoria BBAgro Global

Produquímica.

Referência na fabricação de matérias-primas para a indústria de fertilizantes foliares.







www.produquimica.com.br

PRODUQUÍMICA Agro

Nutrição para Alta Performance.



Visão estratégica

Alysson Paolinelli*

Temos de manter a nossa capacidade para desenvolver tecnologia e inovação para a sobrevivência dos nossos negócios e da própria agricultura nacional. Fizemos um esforço brutal nesses últimos quarenta anos para chegarmos até aqui. O Brasil se tornou um dos celeiros do mundo, com o compromisso de aumentar em 40% sua produção até 2050, para dar conta de um crescimento de 20% na demanda mundial por alimentos. Mas, por outro lado, tememos a falta de planejamento estratégico para a agropecuária. Colocaremos em risco toda a obra realizada no século passado.

Neste ano, passamos por um *stress* absurdo em função da nossa comprometedora e crônica deficiência na área de infraestrutura e logística, apesar dos nossos altos custos tributários. Apesar de alguns avanços, falta ainda uma política de seguro rural massiva que dê, de fato, garantia para a produção. A redução dos recursos da Embrapa para as indispensáveis pesquisas de campo pode tornar a economia agrícola, novamente, em uma agricultura sem vantagens competitivas em relação aos países detentores de uma tecnologia de clima temperado, avançada e planejada, com a proteção de renda para os seus produtores. Ou somos capazes de inovar, ou não vamos longe.

*Presidente da ABRAMILHO e ex-ministro do MAPA



Desenvolvimento sustentável

Roberto Rodrigues*

Contamos com uma projeção de crescimento expressiva, da ordem de 38%, para a produção agrícola brasileira nos próximos dez anos. Acreditamos nessa possibilidade em virtude do expressivo ganho de produtividade conquistado pelo Brasil com os investimentos na pesquisa e desenvolvimento das tecnologias voltadas especificamente para clima tropical. Temos a melhor tecnologia tropical do mundo. Quando analisamos os últimos vinte anos na área de grãos, vemos que a área plantada cresceu 40%, enquanto a produção física aumentou 220%, com um ganho de produtividade de 128%.

Esse desempenho não teve paralelo no mundo. Se tivéssemos as condições tecnológicas de vinte anos atrás, seriam necessários mais 68 milhões de hectares para atingir nossa atual produção. Como preservamos muita área para a nossa fauna e flora, isso deve ser considerado desenvolvimento sustentável. Depois da conquista do Cerrado e o plantio direto, estamos com a chamada agricultura de baixo carbono (ABC) e com a integração lavoura-pecuária-floresta. O agronegócio brasileiro é um setor dinâmico, com uma série de gargalos a serem superados e resolvidos de maneira positiva e construtiva. Temos de andar para frente nessa linha de pensamento.

*Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas e ex-ministro do MAPA



Mercado promissor

José Carlos Polidoro*

É crescente o uso das técnicas de nutrição vegetal para o aumento da produtividade agrícola brasileira. Somente o mercado nacional de fertilizantes organominerais cresceu 16% ao ano de 2005 a 2012. Em 2012, este mercado representou 10% do consumo de NPK no Brasil. Até 2005, as entregas eram principalmente destinadas a mercados especializados, como horticulturas e jardinagens. Após 2006, houve uma ampliação do mercado para produção de grãos, fibras e cana-de-açúcar. O aumento dos preços das *commodities* trouxe uma relação de troca positiva para o agricultor e, também, uma melhora na imagem dos fertilizantes organominerais relacionada à eficiência agronômica aumentada.

A tendência, sem dúvida, é um crescimento ainda maior para os próximos anos. Um dos motivos para esse avanço foi a imagem dos fertilizantes organominerais de eficiência agronômica aumentada. O cenário do setor é de expansão, com aumento da produção nacional anual de 3,5 milhões de toneladas para 8 milhões, até 2015, e 15 milhões, até 2020. Como a maior parte dos adubos utilizados no Brasil não é desenvolvida para as nossas condições tropicais, grandes quantidades do nutriente podem ser perdidas para o ar na forma de gases e, também, percolando o solo e contaminando os mananciais de água e lençóis freáticos.



*Pesquisador de Fertilizantes do Solo e Tecnologias de Fertilizantes da Embrapa Solos

3atos

Tecnologia em aplicação, nutrição e fisiologia de plantas com a GARANTIA de qualidade GIRO.

Com mais de 300 pontos de distribuição nas principais regiões agrícolas do Brasil, a Giro Agro industrializa e comercializa produtos de qualidade que auxiliam no aumento da produtividade dos principais cultivos. Disponibiliza também serviços e capacitação técnica aos seus distribuidores e produtores rurais.

GIRO AGRO

SAG
Sistema de atendimento ao cliente GIRO
(35) 3295 1607
(35) 3295 6816
www.giroagro.com.br
sag@giroagro.com.br



Soluções integradas

Marcelo Prado*

A evolução do agronegócio brasileiro impacta a área de insumos, e as empresas saem atrás de estratégias para enfrentar os desafios na busca da venda de valor e de soluções integradas. Entre os anos 70 e 80, tivemos a primeira onda, a da tecnologia; na década de 90, veio a segunda, a da comercialização; de 2000 a 2009, foi a terceira, focada na gestão empresarial; agora, de 2013 a 2020, aparece a quarta onda, voltada para a venda de soluções. As principais mudanças no cenário atual na distribuição de insumos agrícolas virão com a internacionalização, fusão dos distribuidores, *tradings* e agroindústrias interessadas no negócio de distribuição e indústrias de defensivos agrícolas e fertilizantes especiais com metas para dobrar de tamanho em 2017, entre outras.

Ao mesmo tempo, assistimos à chegada dos fundos de investimento, o aumento dos *pools* de compras de agricultores, a valorização do dólar, a desaceleração do crescimento da economia global, a volatilidade do preço das *commodities* e os incentivos governamentais para armazéns, infraestrutura e logística. Precisamos deixar de vender *commodities* e aprender a vender soluções com oferta de conveniências para o cliente ser competitivo nos diferentes ciclos da vida e negócios; saber ouvir e compreender as necessidades e expectativas do cliente. O agricultor será cada vez mais exigente nos aspectos seletivos (exigência de diferenciação); na busca de soluções integradas (personalizadas e preço justo); de conhecimento digital e conectado (altamente informado); e acessível a soluções inovadoras. O profissional de vendas e *marketing* desenhará as soluções sob medida para gerar valor percebido, ou seja, será o arquiteto do agricultor.

*Diretor da M.Prado Associados

Fixação biológica de qualidade com Grap Nod.



AGROCETE®
Melhor Indústria de Fertilizantes Especiais.
Agora também a Melhor Indústria de Inoculantes.



GRAP® NUTRIENTES
GRAP NOD
AGROCETE® Semeando o futuro
ISO 9001

Agrocete Indústria de Fertilizantes Ltda.
Anna Scremin, 800 – Distrito Industrial • Cx. Postal: 2321 • 84043-465 • Ponta Grossa • PR • Brasil
Telefax: 55 (42) 3228 1229 • www.agrocete.com.br

Lançamento na Agrária é inspirado no agricultor: só lança no solo quando funciona de verdade.

Sempre próxima do agricultor, a Agrária aperfeiçoa o que já é bom, para oferecer exatamente o que você precisa. A tecnologia do **Farture**, de agregar matéria orgânica humificada, macro e micronutrientes num único grão de fertilizante, é agora aplicada a problemas específicos, resultando em dois lançamentos:

AGRÁRIA >
LANÇAMENTOS

FARTURE POTÁSSIO 30

> *Reduz a lixiviação do Potássio, garantindo suprimento adequado em todo o ciclo da cultura.*

FARTURE BORO 7

> *Promove maior crescimento radicular, estimula o pegamento da florada e aumenta a qualidade de frutos e grãos.*



35 anos

www.agrariafert.com.br | 16 3690 2200

Agrária
FERTILIZANTES
A MARCA DA TERRA



Gestão de risco

Celso Vainer Manzatto*

Entre os principais avanços da agricultura nos últimos anos, podemos citar a genética de alto desempenho, os sistemas de produção altamente especializados, a constante elevação e produtividade, a ampliação de funcionalidades (energia), o agronegócio altamente competitivo (exportações) e as grandes contribuições para o desenvolvimento. Outras questões, como a expansão das fronteiras agrícolas, a mecanização, o melhoramento genético, as técnicas intensivas de produção, os insumos químicos e os programas governamentais, também contribuíram para o crescimento da agricultura no País.



Algumas soluções passam pela ampliação de conhecimentos sobre a base de recursos naturais e sustentáveis, com o uso de tecnologias para o aumento da produtividade. O zoneamento de risco climático passa a ser uma importante ferramenta de gestão de riscos e expansão da agricultura. Em 2011, foram zoneadas quarenta e quatro culturas em vinte e quatro estados no País, com 75% de acertos no agronegócio. O instrumento considera o clima, solo e planta, funções matemáticas e estatísticas, com o objetivo de quantificar o risco de perda das lavouras com base no histórico de ocorrência de eventos climáticos adversos, principalmente a seca.

*Chefe geral da Embrapa Meio Ambiente

Ninguém é campeão sozinho





Tropicalizar as tecnologias

Guilherme Augusto Canella Gomes*

O Centro Tecnológico em Nutrição de Plantas (CTNP) está voltado para o desenvolvimento e validação de tecnologias inovadoras para a nutrição de plantas, criado no *campus* São Roque do Instituto Federal de São Paulo. Sempre atento às necessidades do mercado, o CTNP atua em todas as etapas do processo, iniciando na identificação da problemática, no desenvolvimento da tecnologia, na realização e comprovação científica da eficiência e no treinamento das equipes de vendas e ministrando palestras em função das demandas do mercado consumidor.

No escopo de tropicalizar as tecnologias desenvolvidas em conjunto com seus parceiros, realizamos experimentos nas principais regiões produtoras brasileiras, em onze estados e nas principais culturas. Nesses dez anos, pesquisamos aminoácidos, extratos de algas, substâncias indutoras de resistência e substâncias húmicas. Além disso, desenvolvemos tecnologias para fertilizantes de solo e diversos processos industriais e trabalhamos com bioestimulantes vegetais, micro-organismos, condicionadores e substratos, biofertilizantes e processos industriais.

*Professor do Instituto Federal de São Paulo, *campus* de São Roque-SP



Diminuição de perdas

Tadeu Inoue*

A evolução da produtividade de grãos de soja no Brasil, no período de 1976 a 2011, passou de 1,7 quilos por hectare para 3,1 quilos por hectare. Consideramos de extrema importância investir em tecnologias para melhorar as condições do solo e das plantas e, com isso, diminuir as perdas da produção. Na produção total da soja nacional, estima-se um aproveitamento de apenas 25%. As perdas de produção chegam até 75%, sendo que 65% estão relacionados aos problemas abióticos, como as questões do clima e fertilidade do solo, e 10%, a problemas bióticos, como o aparecimento de pragas e plantas daninhas.

Por esse motivo, é fundamental o fornecimento de nutrientes para adubação do solo e a fertilização das plantas para um melhor aproveitamento da produção de soja. A aplicação pela via foliar ajuda a corrigir, complementar e suplementar a nutrição do vegetal, de modo a favorecer seu equilíbrio nutricional. É uma ferramenta útil para o manejo das lavouras, mas o entendimento da fisiologia e demanda nutricional da planta e sua interação com o ambiente é primordial, devendo ter um acompanhamento técnico. Dessa forma, é fundamental o maior investimento em pesquisa para o desenvolvimento de formulações diferenciadas que atendam as reais necessidades das culturas.

*Professor da Universidade Estadual de Maringá



Relação entre planta e solo

Marcelo da Costa Ferreira*

Na agricultura, a tecnologia de aplicação visa distribuir um produto fitossanitário ou fertilizante num determinado alvo ou área de tratamento. Esta aplicação deve variar em função da espécie cultivada, do estágio de desenvolvimento do cultivo e de fatores edáficos e climáticos. A utilização das ferramentas de mapeamento, posicionamento geográfico e gerenciamento das aplicações implica um maior grau de acerto (organismo e local). Isso significa maior uniformidade na área de tratamento, maior aproveitamento dos recursos e melhor relação de custo e benefício da aplicação nos cultivos e desenvolvimento da cultura.

A tecnologia de aplicação de fertilizantes é uma ferramenta muito utilizada e em constante desenvolvimento. Como está voltada para aumentar a produtividade, leva em consideração as particularidades microrregionais. O alinhamento dos conhecimentos de fisiologia vegetal e fitotecnia com a tecnologia de aplicação aprimora a qualidade da gestão na empresa agrícola. Com isso, contribui para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, uma vez que proporciona o uso mais racional de recursos naturais e financeiros. ■

*Professor da UNESP, *campus* de Jaboticabal-SP

Caderno Especial

Controle Biológico

ABC Bio
Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico

Conheça a ABCBio

FUNDADA EM 2007, a Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio), única associação patronal de defensivos biológicos do Brasil, possui como missão congregar as empresas, buscando o fortalecimento e a representatividade do setor.

Em processo de aprimoramento organizacional, a entidade busca a modernização e a profissionalização, com participação ativa na construção dos marcos regulatórios. Suas ações são diferenciadas e avalizadas por respeitáveis acadêmicos da Pesquisa e Ensino. O seu Comitê Técnico Científico está segmentado de acordo com as áreas de atuação: parasitoides e predadores; fungos para controle de doenças; e bactérias e nematoides entomopatogênicos, com a participação de profissionais de notório saber.

Diretoria (2013-2014)

Presidente: Gustavo Herrmann – Koppert do Brasil
Vice-presidente: Ari Gitz – Bio Controle
Diretor tesoureiro: Pedro Faria – Biosphere
Diretor secretário: Rubens Buschmann Junior – Novozymes
Diretor técnico: Alan Pomella – Laboratório Farroupilha

A bandeira da ABCBio

Gustavo Herrmann*



O atual cenário da agricultura brasileira mostra-se favorável ao desenvolvimento do setor de controle biológico. Os defensivos químicos aliados às novas tecnologias, como a transgenia BT, exigem aprimoramento dos programas de manejo de pragas e doenças no campo para não haver risco de desequilíbrios, como o recente caso da praga exótica *Helicoverpa armigera*. Para conter a explosão de populações de novas pragas e a resistência de organismos a moléculas químicas, o controle biológico é uma das ferramentas necessárias ao conceito de Manejo Integrado de Pragas (MIP). Insetos, ácaros, fungos, bactérias, vírus, nematoides e outros seres vivos existem no solo e na parte aérea de uma área agrícola, com ações benéficas e maléficas às culturas. O controle biológico aplicado oferece à natureza produtos à base destes seres, de forma a recompor a convivência normal das populações e aumentar o número de indivíduos benéficos. Embora represente menos de 1% do volume de negócios de proteção de plantas, o setor de produtos biológicos encontra-se em rápida evolução, seja em quantidade, seja em nível tecnológico. Laboratórios rústicos e de produção caseira dão lugar a sofisticados equipamentos e processos de reprodução de organismos macro e microscópicos. Dentre os milhares de organismos com algum potencial de controle, uma parcela diminuta apresenta viabilidade quando se considera a escala de produção. A empresa deve conhecer os mecanismos de ação dos produtos biológicos em outros seres, bem como as suas interações com a planta e com o meio ambiente. Existe a pergunta clássica: como o produto biológico não se torna praga se aumenta a sua população no campo? A melhor analogia para ilustrar a resposta é a seguinte: se acabarem as zebras na savana, como não virará herbívoro, o leão morrerá de fome. Um dos maiores desafios consiste na logística da fábrica ao produtor. Muitas vezes, o ciclo de vida de um produto biológico na prateleira é de apenas uma semana. É imperativo que a indústria tenha e ofereça *expertise* nessa área. Uma vez na fazenda, como o produto biológico será aplicado ou liberado? A chave do sucesso para a multiplicação do organismo no campo está no *timing* e nas condições ambientais favoráveis. Um produto à base de fungo necessita de umidade para sobreviver e agir. Um inseto benéfico pode ser aniquilado pela aplicação despretensiosa de inseticidas na área em que foi liberado.

O processo de produção, comercialização e aplicação de produtos biológicos é um sistema complexo. Exigente, o mercado agrícola brasileiro terá o mesmo comportamento com relação ao controle biológico. Por isso, a ABCBio trabalha para congregar empresas e Governo a seguir na mesma direção: pavimentar o caminho da tecnologia nos ambientes regulatório, de qualidade e eficiência. Não há maneira diferente de tornar o uso de biológicos um hábito do produtor.

*Presidente da ABCBio

Soluções biológicas

Rubens Buschmann Junior*



Baseado em inimigos naturais (predadores e parasitoides), microrganismos (fungos, bactérias e vírus) e nematoides, o controle biológico na agricultura sempre foi um grande desafio. O potencial para controle de pragas e doenças já era conhecido há muito tempo, mas, por se tratar de organismos vivos, tínhamos uma barreira para o desenvolvimento de produtos comercias. Problemas de formulação/estabilidade, escala de produção, técnicas de aplicação e logística de distribuição eram os principais entraves.

Com a aposta de algumas empresas, que viram nesse nicho de mercado uma possibilidade de crescimento, as técnicas de produção foram aperfeiçoadas, novas formulações surgiram e o controle biológico se tornou uma realidade. Em paralelo à ação das empresas e, muitas vezes, na forma de parcerias, as instituições de pesquisa tiveram um papel decisivo nesse processo.

Hoje, temos, no Brasil, 48 produtos registrados (Fonte: AGROFIT/MAPA), sendo 10 agentes biológicos de controle, 05 fungicidas microbiológicos, 29 inseticidas biológicos e 04 inseticidas microbiológicos. Destes, 17 produtos também têm registro como produto fitossanitário para uso na agricultura orgânica (Decreto nº 6.913, de 23/07/09).

Inúmeros são os casos de sucesso no Brasil, com destaque para o controle da lagarta-da-soja (*Anticarsia gemmatalis*) com o vírus *Baculovirus anticarsia*, que já foi considerado o maior programa de controle biológico do mundo. Mesmo com o grande sucesso, o programa perdeu força em função do aparecimento de outras pragas que exigiram a retomada da utilização dos produtos químicos de controle. Hoje, o controle biológico de insetos-praga da cana-de-açúcar assume o posto de maior programa de controle biológico do mundo. São mais de 3 milhões de hectares onde se utiliza inimigos naturais (*Cotesia flavipes* e *Trichogramma galloi*) para o controle da broca-da-cana-de-açúcar (*Diatraea saccharalis*) e inseticidas à base de *Metarhizium anisopliae* para o controle da cigarrinha-da-raiz (*Mahanarva fimbriolata*).

Das doenças, o controle do mofo branco com produtos à base de *Trichoderma spp*. tem o maior destaque, com quatro produtos registrados.

O desafio, hoje, são pragas de difícil controle, altamente destrutivas e de ocorrência generalizada, o que se traduz em grandes pre-

LABORATÓRIO FARROUPILHA



cuidando da TERRA, das PLANTAS e do nosso FUTURO

desenvolvendo *produtos biológicos* para o manejo de fungos de solo, nematoides e pragas

Quality

Fungicida biológico registrado no MAPA para manejo de fungos de solo como: *Sclerotinia sclerotiorum* (mofo branco), *Fusarium* spp. e *Rhizoctonia solani*.

Certificações:

GRUPO FARROUPILHA

CERTIFICAÇÃO ISO 9001 2008

control IMO

www.grupofarroupilha.com (34) 3822 9907

Av. Júlia Fernandes Caixeta 555 . Cidade Nova
Patos de Minas . MG . Cep 38706-420

KOPPERT
BIOLOGICAL SYSTEMS

Líder mundial em controle biológico

Presente em 80 países, a Koppert investe em constantes pesquisas, na produção de agentes biológicos e polinizadores, contribuindo com o desenvolvimento da agricultura e horticultura sustentável em todo o mundo.



www.koppert.com.br

juízos econômicos. O exemplo mais recente, as lagartas do gênero *Helicoverpa*, já tem no controle biológico algumas alternativas:

– O uso de parasitoides de ovos, *Trichogramma pretiosum*, associado ao monitoramento com feromônio sexual;

– Produtos à base de vírus (*Baculovirus*) já têm registro nos EUA e estão sendo lançados no Brasil para aplicação nas culturas do algodão e da soja;

– Produtos à base de bactérias – no caso, o *Bacillus thuringiensis* – também são recomendados e estão em fase de registro no Brasil.

Dependemos ainda dos procedimentos legais e da morosidade dos órgãos reguladores, mas não há dúvida de que o controle biológico é uma ótima alternativa e deverá se tornar a principal solução para o controle de pragas e doenças. Já temos tecnologia para isso e trabalhamos, agora, para a extensão de uso para outras culturas, pragas e doenças.

Quando falamos em controle biológico na agricultura, estamos falando também em sustentabilidade, inovação, qualidade de vida, presente e futuro.

*Diretor da ABCBio

Qualidade, logística e aplicação

Pedro Faria*



Cada vez mais, o uso de defensivos agrícolas à base de ativos biológicos apresenta-se como alternativa viável do ponto de vista técnico e econômico para o controle de pragas na agricultura.

Nos últimos anos, com o salto verificado na produtividade, o Brasil consolidou-se como potência agrícola. Grandes avanços tecnológicos foram alcançados com o uso de fertilizantes mais eficientes, sementes melhoradas, máquinas de alto rendimento e novas moléculas químicas utilizadas no combate a doenças e insetos.

Precisamos, agora, incrementar o uso dos ativos biológicos, cuja produção e o uso ainda carecem de uma regulamentação adequada. Evoluímos em alguns aspectos na obtenção de registro de produtos, por meio da legislação específica direcionada para a agricultura orgânica, mas apenas isso não é suficiente.

A obtenção de padrões internacionais de qualidade nas formulações de produtos biológicos fabricados no Brasil é uma das chaves para a sua adoção em larga escala. É um fator de credibilidade e de eficiência. Não obstante, a exigência de atrelar novos registros à existência de especificações de referência já aprovadas em registros anteriores restringe as inovações na área de formulação.

É necessário evoluir nas técnicas e criar parâmetros de auditorias para os fabricantes, consumidores e órgãos de fiscalização. Para citar um exemplo, uma das formas mais difundidas de propagação dos fungos benéficos é a fermentação sólida, usada no Brasil há cinquenta anos: um substrato estéril, normalmente o arroz autoclavado, serve como meio de cultura

para a extração dos esporos que servirão de ingrediente ativo do produto formulado.

Esta técnica não permite a obtenção de um produto com alto grau de solubilidade, mas, como tem especificação de referência, possibilita o registro por meio da legislação de produtos orgânicos. Assim, sem o estímulo a investimentos em pesquisas e desenvolvimento, não ocorre avanço, pela imposição de dificuldades ao registro de uma inovação.

A qualidade dos produtos biológicos depende da estabilidade do seu ingrediente ativo (fungo, bactéria ou vírus) quanto à sobrevivência às condições ambientais mais variadas durante a aplicação, para atingir e provocar os efeitos desejados no seu alvo. Esse conjunto de capacidades está diretamente ligado à eficiência da formulação desenvolvida. Se a lei dificulta ou inviabiliza a evolução, a técnica não muda, e a eficiência continuará limitada. Passamos da hora de resolver esse gargalo.

Implicações para a logística

O armazenamento, o transporte e a distribuição de biopesticidas merecem atenção especial. Como se trata de organismos vivos, as condições do ambiente precisam ser administradas. No controle da lagarta *Helicoverpa armigera*, há um produto formulado a partir de um vírus que requer refrigeração até o momento da aplicação. Isso obriga a montagem de uma logística operacional diferente.

Mesmo os produtos mais resistentes com relação ao ambiente demandam cuidados especiais. Considerados agrotóxicos pela legislação, os biopesticidas são tratados como se fossem moléculas químicas, quando não são registrados segundo as regras de produtos para agricultura orgânica. Assim, as mesmas regras aplicadas para os produtos químicos são válidas para os biológicos, nas questões de transporte especial, armazenagem segregada e descarte de embalagens, dentre outras.

De qualquer forma, como os biopesticidas são diferentes e podem demandar tratamentos diferenciados, muitas vezes, as transportadoras credenciadas não podem atender as particularidades deste ou daquele produto, com implicações danosas às suas qualidades. As dificuldades prosseguem nas propriedades agrícolas. Na armazenagem e na aplicação dos biopesticidas, nem sempre há o cuidado de proteger as suas embalagens contra o calor e a radiação solar. Fatores ligados às altas temperaturas e baixas umidades relativas do ar também são inimigos comuns dos defensivos agrícolas, sejam químicos ou biológicos. Ventos em excesso também devem ser evitados, devido à deriva. Acontece que alguns ativos biológicos exigem alguns cuidados adi-



cionais, como, por exemplo, a aplicação em final de tarde para evitar a radiação solar ultravioleta.

Para evitar maus resultados no uso dos seus produtos, os fabricantes de biopesticidas ressaltam os cuidados no manejo. Vem daí a fama, indevida, de que os seus produtos complicam a operação de aplicação.

A despeito dos esforços de treinamento por parte das fabricantes junto a técnicos de campo e produtores, como não há condições de prestar serviços e acompanhamento constantes, o aparecimento de distorções é inevitável. Quando a pressão das pragas é muito alta e a capacidade operacional das empresas produtoras e distribuidoras não atende a demanda, os cuidados básicos são colocados em segundo plano, seja com os produtos químicos ou biológicos.

Esses empecilhos dificultam a adoção da tecnologia. Ao deixarem de seguir as recomendações para a devida conservação dos biopesticidas, os agentes envolvidos no seu armazenamento, transporte e uso correm o risco de provocar danos irreversíveis à viabilidade biológica dos produtos.

Quanto ao manuseio, as regras são claras no que se refere à proteção do aplicador e de pessoas que transitam na área tratada. O Equipamento de Proteção Individual (EPI) deve ser utilizado conforme recomendação da bula do produto. Ativos biológicos nem sempre são totalmente inócuos. Os testes toxicológicos exis-



tem e fazem parte do processo de registro justamente para identificar os perigos potenciais e determinar a forma de mitigá-los.

A ABCBio empenha-se para racionalizar o processo de registro dos produtos à base de ativos biológicos, com atuação junto aos órgãos regulamentadores para simplificar procedimentos e adequar protocolos. A entidade acredita que, dessa forma, os biopesticidas possam aumentar ainda mais a sua participação no mercado brasileiro, com ganhos extraordinários para a cadeia produtiva e o consumidor.

*Diretor da ABCBio



Marcos regulatórios

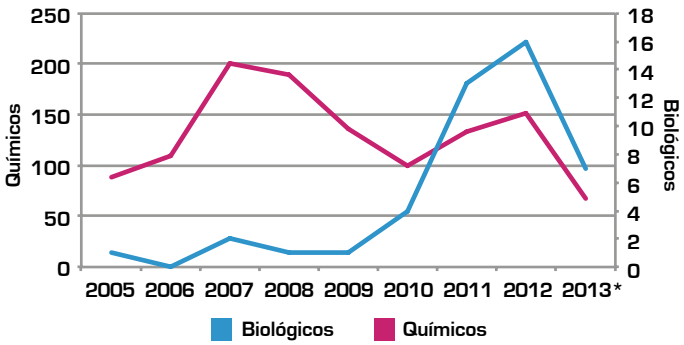
Amália Piazentim*



A história do controle biológico no Brasil é relativamente recente. Há pouco mais de dezessete anos, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), publicou o primeiro procedimento para efeito de registro e avaliação ambiental de agentes biológicos empregados na defesa fitossanitária. Em 2006, foi aprovada a norma de registro de produtos para controle biológico (Instrução Normativa Conjunta nº 3, regulada pela Lei 7.802, de 1989; e o Decreto 4.074, de 2002). Atualmente, há mais de cinquenta produtos comerciais para controle biológico de pragas registrados, e, apesar da crescente evolução, é um número ainda incipiente, correspondendo a 5% dos defensivos registrados no Brasil. Algumas das dificuldades para a evolução do mercado de defensivos biológicos estão relacionadas ao alto custo e à morosidade na obtenção de registro, podendo ser equiparadas aos mesmos detrimentos dos defensivos mais tóxicos, enquadrados na mesma legislação. Esse fato dificulta a utilização de recursos para outros fins que não fazem parte do processo de regulamentação, como aumento de pesquisa e investimento no sistema de produção, qualidade e formulação. Apesar do enfoque ecológico expresso na legislação ambiental, a política agrícola nacional ainda se encontra incipiente no que se refere à expansão de práticas agrícolas sustentáveis, para incentivar o manejo integrado de pragas, atentando-se às peculiaridades desses defensivos biológicos.

É necessário que, em discussão com o meio científico e com as empresas privadas, as agências reguladoras encontrem um equilíbrio no sistema de registro. O objetivo é não retardar o desenvolvimento dos produtos e das empresas, mas, também, evitar a comercialização de produtos de baixa qualidade. Isso reduziria os custos de registro e removeria algumas distorções geradas pelo fato de esse defensivo estar incluído na mesma legislação dos defensivos mais tóxicos. Certamente, aliado a uma diferenciação das normas, um sistema rígido da fiscalização dos produtos em comercialização é de extrema importância. Sem essa estrutura e organização, as portas ficam abertas para produtos sem registro e de baixa qualidade. A tendência é que as forças do próprio mercado regulem o desenvolvimento das empresas privadas. Porém, é indiscutível e vital para a evolução do controle biológico que existam normas claras e a necessidade do registro dos produtos. Nesse conceito, a ABCBio tem impulsionado o mercado, com incentivo à organização e regularização da cadeia.

Número de registros concedidos pelo MAPA



*Setembro de 2013
Fonte: MAPA

*Engenheira agrônoma consultora da BBAgro na ABCBio

ABC Bio
Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico

abcbio@abcbio.org.br
www.abcbio.org.br

EMPRESAS ASSOCIADAS

AGRI HAUS DO BRASIL · AgriValle · BALLAGRO · BIOCANA · Biocontrol · BIOCONTROLE · BIOTECH CONTROLE BIOLOGICO · BIOSPHERE · Bthek BIOTECNOLOGIA · BUG · IHARA Agricultura é a nossa vida · ITAFORTE Uma empresa KOPPERT Líder Mundial em Proteção biológica de plantas · KOPPERT BIOLOGICAL SYSTEMS · novozymes Rethink Tomorrow · LABORATÓRIO FARROUPILHA SOLUÇÕES BIOLÓGICAS · PROMIP · SUMITOMO CHEMICAL Latin America · UPL

ANDA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DE ADUBOS

3º Congresso Brasileiro de Fertilizantes

Caderno especial ANDA

3º Congresso Brasileiro de Fertilizantes

Nutrientes para a vida

O 3º Congresso Brasileiro de Fertilizantes constitui uma realização da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA). O desafio global é garantir alimentação adequada para uma população em crescimento apresentando maior produção e mais preservação ambiental. Para isso, a defesa do correto uso dos nutrientes é essencial.

Com o tema "Nutrientes Para A Vida", este importante evento aconteceu no dia 26 de agosto de 2013, no hotel Renaissance, em São Paulo, com a participação de empresários e lideranças do setor.

A mesa de abertura contou com as presenças de George Wagner Bonifácio e Sousa, presidente do Conselho de Administração da ANDA; de Francisco Sérgio Ferreira Jardim, superintendente federal da Agricultura no estado de São Paulo; de Mônika Bergamaschi, secretária da Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo; e Antonio Roque Dechen, vice-reitor da Universidade de São Paulo (USP). Este especial apresenta uma síntese dos principais assuntos tratados durante a sua realização.

Garantia de solos saudáveis

Com o objetivo de disponibilizar à população informações com base científica sobre a importância e os benefícios do uso correto dos fertilizantes na agricultura, a Fundação Nutrientes para a Vida (Nutrients for Life Foundation – NLF), desde 2004, atua no mundo inteiro para reforçar o papel dos nutrientes na produção de alimentos e na preservação do meio ambiente.

As informações colocadas à disposição da população são baseadas em fatos científicos e apoiadas por agrônomos e associações, incluindo o Instituto Internacional de Nutrição das Plantas (International Plant Nutrition Institute – IPNI).

A recomposição dos nutrientes no solo, principalmente potássio, nitrogênio e fósforo, é essencial para garantir a produtividade crescente da agricultura mundial. O caráter sustentável da utilização de fertilizantes forma-se a partir do crescimento do rendimento das lavouras. Tudo isso para produzir mais alimentos em uma área que permanece praticamente estabilizada.



GERARDO LAZZARI/ANDA

O papel do fertilizante no aumento da produtividade agrícola é decisivo. Estudos indicam que de 40% a 60% do aumento da produção agrícola conseguida pela agricultura mundial desde 1960 só foram possíveis graças aos fertilizantes. Além disso, a indústria de biotecnologia voltada para o agronegócio promete um incremento entre 3% e 4% para a produtividade nos próximos anos.

A diretora da Nutrients for Life Foundation, Harriet Wegmeyer, e o presidente do International Plant Nutrition Institute, Terry Roberts, abordaram a necessidade de garantir solos saudáveis para atender a crescente demanda mundial por alimentos, de modo a cumprir os três pilares da sustentabilidade: o social, o ambiental e o econômico.

"E a produção tem de ser incrementada ainda mais, pois o mundo necessitará de um aumento da ordem de 50% a 70% na produção de alimentos até 2050 para dar conta do crescimento da demanda, principalmente nos países em desenvolvimento", diz Roberts. Segundo o palestrante, o crescimento mundial da produção de grãos, que tem se mantido na casa de 1% ao ano, terá de crescer entre 1,2% a 1,5% ao ano para dar conta dessa projeção de crescimento. Nesse sentido, ganhará expressiva importância o papel dos fertilizantes e, também, dos micronutrientes e adubos orgânicos.

A NLF salientou a necessidade de se fazer um trabalho de educação e esclarecimento da opinião pública para se desfazer a imagem negativa que parte da população mundial tem em relação aos fertilizantes. "Nós, da NLF, desenvolvemos uma série de ações junto a professores e alunos de diversos níveis escolares nos Estados Unidos e Canadá para conscientizar sobre a importância dos fertilizantes e nutrientes para plantas na vida das pessoas de forma geral"(Harriet Wegmeyer).

Brasil: Produção nacional *versus* demanda de fertilizantes (em mil toneladas)

Nutrientes	2013			2018		
	Produção	Demanda	%	Produção	Demanda	%
Nitrogênio	825	3.464	23,8	2.147	3.992	53,8
Fósforo	2.245	4.609	42,6	4.106	5.209	78,8
Potássio	278	5.052	5,5	720	5.746	12,5
NPK	3.348	13.125	25,5	6.973	14.947	46,7

Fonte: SINPRIFERT

Importações da China

As recentes mudanças no perfil consumidor da China devem resultar num aumento das importações chinesas de milho: de 2014 a 2018, podem crescer de 10 milhões de toneladas para 41 milhões de toneladas. Isso favorece os produtores brasileiros. As projeções foram feitas pelo consultor André Pessoa. "Não consigo afirmar que o Brasil tirará proveito dessa tendência de aumento no consumo, em função da elevação de custos no frete, provocada pelas deficiências crônicas na logística e na infraestrutura brasileira", comentou o consultor. Para Pessoa, com isso, o Brasil deve consolidar-se como o segundo maior exportador mundial de milho.

Ao fazer uma avaliação geral sobre as projeções dos níveis de rentabilidade dos produtores de milho e de soja para os próximos anos, o consultor informou que o quadro continua bastante favorável, apesar de certo declínio. No caso da soja produzida no Mato Grosso, segundo Pessoa, a receita líquida de R$ 900,00 por hectare, conseguida nos últimos anos, deverá recuar para R$ 650,00 por hectare, agora em 2014. "Ainda assim, é uma rentabilidade excelente", complementa.

O palestrante detalhou também as projeções de plantio para a próxima safra, que, a seu ver, devem ter sensível redução. No caso da soja, segundo Pessoa, de um acréscimo de 14,2 milhões de hectares nos últimos cinco anos, as projeções são de um aumento de apenas 2,5 milhões de hectares para os próximos dois anos. Apesar disso, ele entende que o mercado de fertilizantes deverá ter, na próxima safra, um aumento de 2,6% sobre o consumo de 30,3 milhões de toneladas registrado na safra deste ano.

Investimento de US$ 13 bi até 2018

A desistência da Vale no projeto do Rio Colorado, em Mendoza, na Argentina, provocou uma revisão no total de investimentos projetados pelas principais empresas de fertilizantes do Brasil para os próximos cinco anos. A estimativa passou para US$ 13 bilhões, entre 2013 e 2018. Na 2ª edição do Congresso, no ano passado, a projeção era de investimentos na ordem de US$ 18,9 bilhões. O corte foi exatamente o dos US$ 5,9 bilhões previstos pela Vale em Rio Colorado.

O presidente do Conselho de Administração da Galvani e do Sindicato Nacional da Indústria de Matérias-primas para Fertilizantes (SINPRIFERT), Rodolfo Galvani Junior, destacou que os investimentos caminham mesmo dentro de um quadro de condições adversas ao setor. "O sistema tributário brasileiro favorece a importação e pune a produção local, exatamente na contramão da tendência mundial", reclamou Galvani, lembrando que a dependência externa de NPK é de 70% no Brasil; 7%, na China; 43%, na Índia; e de 36%, nos Estados Unidos.



GERARDO LAZZARI/ANDA

Essa opinião foi compartilhada pelo presidente da MBAC Fertilizer, Roberto Busato Belger, que defendeu condições tributárias equalizadas. "Precisamos de investimentos fortes no longo prazo para reduzir essa dependência de produto externo", frisou. O presidente do Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas no Estado de São Paulo (SIACESP), Dalton Heringer, lembrou que os projetos estão caminhando e que a indústria tem atendido as necessidades do produtor com preços competitivos.

A palestra de encerramento foi proferida por Dirk Jan Kennes, estrategista global de insumos agropecuários do Rabobank. Em sua avaliação sobre a dinâmica da oferta e demanda de fertilizantes até 2020, Kennes sustentou que há uma tendência de menor uso de fertilizantes no mundo. "No longo prazo, acredita-se que os agricultores gastarão menos com fertilizantes e mais com outros insumos agrícolas, como sementes, defensivos e equipamentos", disse o especialista.

A seu ver, isso tende a ocorrer em função do uso mais racional por parte dos chineses, que são os maiores consumidores mundiais do produto. Para Kennes, a tendência de maior atenção a um manejo agrícola mais sustentável deve exigir aplicações de fertilizantes mais direcionadas e em quantidades menores, de forma a também reduzir impactos ambientais. ■

Assessoria de Imprensa do 3º Congresso Brasileiro de Fertilizantes
Mecânica de Comunicação

Defesa fitossanitária

A agricultura ameaçada

João Sereno Lammel*

O PERIGO ronda o campo. Um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira está exposto ao feroz ataque de novas pragas e doenças, que, sem formas adequadas de controle, infestam lavouras nas mais importantes regiões agrícolas do País. A lagarta *Helicoverpa armigera*, até poucos meses desconhecida da maioria dos pesquisadores, já devorou, apenas na safra deste ano, cerca de 1 bilhão de dólares das lavouras de soja e algodão do Mato Grosso e Bahia. Especialistas acompanham o rastro da praga e constatam que ela já se instalou em áreas do Paraná e franjas das regiões Sudeste e Nordeste.

A praga *Helicoverpa* soma-se a outras, como a mosca branca, a broca-do-café e a ferrugem asiática – esta já tendo causado, nos últimos dez anos, de acordo com a Aprosoja, prejuízo superior a 25 bilhões de dólares. As perdas alastram-se a lavouras de café, algodão, feijão e hortaliças. De acordo com a Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária, pelo menos quinze outras pragas do mesmo potencial destrutivo rondam as lavouras. Os efeitos podem ser devastadores – às plantações e à economia do País.

O agronegócio foi responsável, nos últimos dez anos, por 27% do PIB nacional. Tal resultado deve-se, em grande medida, à geração de novas tecnologias, a partir de investimentos vultosos de empresas públicas e privadas. É o caso, por exemplo, dos novos defensivos agrícolas, mais eficazes e seguros: as plantações não protegidas por modernas tecnologias perdem, em média, 40% de sua produção. Traduzindo-se: para a safra brasileira deste ano, para a qual se aguarda 186 milhões de toneladas, sem a adoção desta tecnologia, não chegariam às mesas dos brasileiros e do mundo cerca de 75 milhões de toneladas de alimentos, além de fontes de energia renovável. Ou então, caso fossem retirados 40% das exportações apenas do complexo soja, seriam menos R$ 10,5 bilhões na balança comercial brasileira. Ainda mais drástico: se o impacto de tais perdas fosse debitado do Valor Bruto da Produção (VBP) apenas das culturas de soja, cana-de-açúcar e milho – que somarão R$ 166 bilhões, segundo o Ministério da Agricultura –, o País deixaria de arrecadar R$ 66,5 bilhões.



ARQUIVO ADAB

A lentidão do sistema de defesa fitossanitária tem se mostrado tão assustadora quanto a voracidade dos insetos, doenças e ervas daninhas, de acordo com a revista Exame ("A praga difícil de vencer", 13/09/13). De fato, é inconcebível a parcimônia com que é tratada, em certos setores do governo federal, uma das principais tecnologias demandadas pelos agricultores e para a sustentabilidade da agropecuária.

É urgente e inadiável, portanto, ampliar a infraestrutura funcional, de modo a conferir celeridade e eficiência aos três encarregados da regulamentação da defesa fitossanitária: o Ministério da Agricultura (MAPA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A lentidão do sistema é assustadora, como acusam os números: em 2008, foram aprovados onze novos princípios ativos; em 2009, reduziu-se o número para oito novos ingredientes ativos; em 2010, as aprovações caíram drasticamente para três ativos novos; em 2011, foram registrados apenas dois novos produtos; finalmente, no ano passado, a morosidade atingiu o fundo do poço: apenas e tão somente um produto novo foi registrado.

A correção nos rumos do atual marco regulatório oferecerá um horizonte de maior previsibilidade às empresas para definirem seus planos de investimentos. Mas, sobretudo, trará confiança para o trabalho dos agricultores – afinal, os maiores responsáveis pelos alimentos em nossas mesas. ■

*Engenheiro agrônomo e presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Diário de bordo

Sinais de alarme



Roberto Rodrigues*

A ATIVIDADE rural produtiva no Brasil tem crescido espetacularmente nos últimos vinte anos, sobretudo em função dos avanços tecnológicos e de algumas políticas públicas, como o Moderfrota, que modernizou a mecanização agrícola.

Os saltos de produtividade permitiram a preservação de cerrados e florestas. De 1992 pra cá, a área plantada com grãos cresceu 40% e a produção, 220%, o que poupou 66 milhões de hectares!

Novas técnicas garantem a sustentabilidade da produção agrícola.

Mas, infelizmente, outros temas reduzem esse benefício.

O primeiro é o aumento dos gastos com agroquímicos. Devido à forte intensificação da atividade, novas pragas foram surgindo nas principais culturas, ou pragas antigas, antes secundárias, ficaram mais importantes do que há dez ou doze anos. Esse desequilíbrio aumentou as pulverizações, muitas vezes por ciclo, o que, além de aumentar os custos de produção, reduz as vantagens dos ganhos com produtividade. A demanda global por grãos vem suportando os aumentos dos custos de produção, mas, em algum momento, a oferta acabará igualando-se à demanda ou até a superando, os estoques crescerão e os preços cairão. E, então, sem renda, é claro que a produção cairá.

É tempo de desenvolvermos novos caminhos para o controle de plantas daninhas, pragas e doenças das plantas cultivadas. Está passando da hora de cuidarmos de tecnologias articuladas, em que o pacote contenha transgenia, cultivo de grãos convencionais, plantio direto, controle biológico, controle cultural e outras ferramentas de manejo.

E tem mais: a agricultura é a última indústria a se concentrar. A globalização já determinou a concentração de quase todos os demais setores: fertilizantes, defensivos, sementes, máquinas e equipamentos; mas não só no agronegócio. Também bancos, indústria automotiva, supermercados, colégios, farmácias, hotelaria, indústria de alimentos: em todos os setores da economia, há concentração, redes, tudo em busca de escala para reduzir custos fixos e gestão.

Na verdade, já há em andamento uma concentração também no campo, e existem muitas fazendas com mais de 10 mil hectares no País. Essa história é tão impressionante que as *tradings* já não chamam de "grandes" os produtores com mais de 50 mil hectares: são os novos "megaprodutores" – até para não "humilhar" os menores do que isso.

O que está por trás desse fenômeno? São novos fundos de investimento e de *private equity*, que, operando poupanças de pessoas físicas do mundo todo, investem no agro pelo fundamento da desiquilibrada relação oferta/demanda.

O limite disso é a capacidade de gestão.

Qual é a escala adequada para a atividade rural que permita gestão eficiente? Com operações agrícolas de mais de 50 milhões de reais de faturamento ao ano, hoje, há uma boa diluição dos custos de *overheads* e fixos.

Ora, como ficam os pequenos? Estes têm menor custo de trabalho, mas ficam marginalizados nos avanços tecnológicos. Só competirão se tiverem políticas públicas específicas e protecionistas e – principalmente – ganhando escala por meio de suas cooperativas e/ou operando em nichos.

Nesse caso, o grande problema cai no colo dos médios produtores, que nem têm escala para conseguir gestão competente, nem sobrevivem sem isso. E, infelizmente, as pressões ambientais, trabalhistas, creditícias, fiscais, logísticas, cambiais, TI e de outras naturezas acabam empurrando este pessoal para fora do setor, aumentando a concentração. Um mega ou grande produtor pode contratar especialistas em cada área para se proteger. O médio dificilmente cumpre isso.

Aliás, há quinze anos, uma plantadeira de grãos tinha onze linhas. Hoje, tem cinquenta linhas, exigindo máquinas mais potentes e mais caras.

E já existe tecnologia nos EUA para um operador tocar cinco outras máquinas além da sua.

O espaço do médio fica comprometido. E os pequenos sofrerão muito.

São desafios que temos que enfrentar desde já. Os avanços são muito rápidos e podem atropelar a agropecuária. Esse problema é de todos os países tropicais. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo

Produzir

Etanol para escanteio



Cesário Ramalho da Silva*

O CONGELAMENTO artificial do preço da gasolina como medida de controle da inflação vem gerando uma série de prejuízos para o setor sucroenergético, a Petrobras, a economia do País, o meio ambiente e a nossa saúde.

Sem capacidade de produção e refino suficientes para atender a demanda interna, já há um bom tempo, a Petrobras está sendo obrigada a importar gasolina e óleo diesel a volumes cada vez maiores, com valores de compra no mercado internacional acima do preço de revenda. Estima-se que a defasagem possa chegar a 30%.

Dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) mostram que os gastos com a importação de gasolina saltaram de US$ 71 mil, em 2009, para US$ 3 bi, no ano passado.

O desarranjo na importação de combustíveis queima divisas do País e corrói o caixa da Petrobras. A recente alta do dólar agravou o quadro, pressionando ainda mais as contas da empresa, que, publicamente, já cobrou reajuste nos preços, em torno de 15%.

O Governo subsidiou a compra de automóveis, elevando a necessidade de combustíveis, mas não se preocupou e não planejou a capacidade de oferta.

Com a inflação em alta e a Petrobras no sufoco, a equipe econômica vê-se numa encruzilhada entre alimentar o dragão da inflação reajustando os combustíveis ou continuar a dilapidar o orçamento da estatal, os dividendos dos acionistas da empresa e o patrimônio do País mantendo os preços vigentes.

Na órbita desse imbróglio, tratado como coadjuvante pelo Governo, está o etanol e, a reboque, todo o setor sucroenergético nacional, o mais eficiente do mundo e uma das cadeias produtivas mais importantes da economia brasileira.

O segmento da cana-de-açúcar emprega, diretamente, 2,5 milhões de trabalhadores, reúne cerca de 400 usinas, 80 mil fornecedores e 4 mil indústrias de base, distribuídos em mais de 600 municípios, que produzem acima de 5 mil hectares de cana/ano.

A política de subsídio à gasolina tirou consumidores do etanol, provocando uma desorganização acentuada do segmento. Recente seminário na ORPLANA (Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil) escancarou a trágica situação de pequenos e médios produtores de cana, que estão sendo expulsos da atividade e entregando suas propriedades a grandes grupos.

Nas duas últimas safras, cerca de quarenta e quatro usinas deixaram de moer, e, se nada mudar, este número poderá aumentar para cinquenta e quatro na próxima temporada. No período, 100 mil empregos foram extintos. As indústrias do segmento não têm encomendas e trabalham a 50% da sua capacidade nominal. Soma-se a isso o triste cenário marcado pela total ausência de projetos de novas plantas, como demonstra a carteira de consultas do BNDES.

Nos leilões públicos, o valor pago pela energia gerada pelo bagaço da cana é baixo, entre outros motivos, pela falta de critérios técnicos no formato dos leilões, que misturam várias fontes de energia numa mesma operação. Não há valorização dos benefícios gerados por fontes renováveis e limpas, deixando-as em igual condição de disputa com as de origem fóssil.

Ademais, mesmo com a redução do superávit nos estoques mundiais de açúcar, a oferta ainda é enorme, e o produto que vinha sustentando o caixa do setor sucroenergético perderá fôlego financeiro para continuar pagando a conta.

A ausência desse setor nos planos estratégicos do Governo denota, no mínimo, omissão das autoridades federais quanto aos riscos de sobrevivência que o segmento está correndo. São quarenta anos de trabalho, desde o início do Pró-Álcool, que estão escorrendo pelo ralo.

Diante desse quadro preocupante, a única certeza existente é que, uma hora, o ajuste na política de preços de combustíveis terá que ser feito. Não menos importante é o Governo definir, de uma vez por todas, qual é a matriz energética que deseja e qual o papel do etanol nesse modelo.

O setor sucroenergético não reivindica *royalties*, subsídios ou suporte oficial de prejuízos. O segmento quer única e exclusivamente um ambiente regulatório qualificado, com objetivos claros, segurança jurídica e menos intervencionismo, criando um cenário com mais previsibilidade para tomada de decisão do setor privado e de investidores. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Mais crédito para o produtor paulista



Mônika Bergamaschi*

O DIVERSIFICADO agronegócio paulista continua sendo a tábua de salvação da economia, apesar das dificuldades decorrentes de problemas de mercado, coordenação de cadeias, logística, falta de planejamento e de políticas públicas. São Paulo lidera a produção nacional de vários produtos, sendo os mais expressivos: cana-de-açúcar, etanol, açúcar, laranja, suco de laranja, borracha natural, frutas de mesa, hortaliças e ovos.

Das 324 mil unidades de produção agropecuária do estado, 53% são de pequeno e médio porte, com até 20 hectares. Para atender especificamente esta parcela, o governo de São Paulo tem incrementado o FEAP – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista –, para apoiar financeiramente os produtores rurais, suas associações e cooperativas.

São vinte e nove linhas de crédito, com juros de 3% ao ano. O pagamento em dia garante um bônus de adimplência e reduz a taxa para 2,25%. Melhor do que isso, só o financiamento com juros zero, disponível no Pró-Trator II e no Pró-Implementos. Nenhum outro estado da Federação oferece benefício semelhante.

Para atender mais e melhor, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento tem buscado inovar, com a criação de novos produtos e adequação dos existentes. No mês de setembro, o limite da maioria das linhas foi dobrado e passou para R$ 200 mil. Na mesma direção, foi aumentado de R$ 600 mil para R$ 800 mil o teto de renda bruta agropecuária anual, critério que seleciona os produtores rurais que possuem aptidão ao FEAP.

Foram definidos novos critérios para a concessão de prorrogação das dívidas da citricultura, em razão das dificuldades de comercialização das últimas safras. Até mesmo o produtor que fez uso do benefício em 2012 poderá pleitear nova prorrogação. No escopo da linha para renovação de pomares de citros, elevada para R$ 200 mil, o citricultor poderá optar apenas pelo financiamento para erradicação do pomar e, nesse caso, contará com R$ 80 mil. A linha de custeio emergencial está mantida nesta safra.

Para financiamento de máquinas e equipamentos comunitários, os valores também mudaram, e muito. Alguns produtos foram incluídos, como a colhedora de cana-de-açúcar, até o limite de R$ 1 milhão. Para as demais, o valor passou de R$ 200 mil para R$ 600 mil, inclusive para caminhões de carga, antes não financiáveis.

Outra grande novidade é a linha Agricultura Irrigada Paulista, com limite de R$ 500 mil. O uso racional dos recursos hídricos é essencial para a construção de uma atividade sustentável, e mais de 90% da água utilizada pelo sistema de agricultura irrigada retornam ao ciclo hidrológico. O objetivo é minimizar os efeitos climáticos, proporcionar estabilidade de renda no meio rural, além de diversificar a produção, incentivando, inclusive, a adoção dos sistemas integrados.

Nos últimos dois anos, o governo paulista concedeu aos pequenos e médios produtores para custeio, investimento e aquisição de máquinas e implementos mais de R$ 150 milhões, além de R$ 34,7 milhões em subvenções ao prêmio, para desenvolver a cultura do seguro rural. Em julho, o governador Alckmin sancionou a lei de renegociação das dívidas do FEAP, e as regras para adesão serão publicadas em outubro. Com esta medida, milhares de agricultores poderão quitar seus débitos à vista ou em até seis anos, com significativos abatimentos de juros, livres de multas e mora, e voltar a tomar recursos para desenvolver suas atividades produtivas.

Essas mudanças, seguramente, beneficiarão os produtores rurais paulistas e resultarão em mais desenvolvimento, empregos e renda. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em setembro de 2013 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 32	330.000	480.000	380.000	490.000
Massey Ferguson	MF 9690	550.000	700.000	555.000	700.000
New Holland	CR 9060	740.000	900.000	890.000	792.000
New Holland	CS 660	600.000	640.000	690.000	700.000
New Holland	TC 5090	405.000	450.000	590.000	478.000
New Holland	TC 5070	370.000	365.000	480.000	560.000
Valtra	BC 6500	700.000	720.000	891.000	680.000
Valtra	BC 7500	750.000	850.000	968.000	830.000
Valtra	BC 4500	490.000	420.000	638.000	470.000
John Deere	1175 HY	345.000	490.000	370.000	450.000
John Deere	9470	501.000	655.000	540.000	615.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em setembro de 2013 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 4292/4	110.000	142.000	118.000	123.000
Massey Ferguson	MF 7140/4	158.000	160.000	145.000	148.000
Massey Ferguson	MF 7370/4	215.000	190.000	215.000	240.000
New Holland	TM 7020	175.000	160.000	165.000	196.000
New Holland	TM 7040	210.000	200.000	200.000	212.000
New Holland	T 7245	270.000	270.000	300.000	322.000
Valtra	BM 125-4	121.000	135.000	137.000	154.000
Valtra	BH 185-4	190.000	196.000	220.000	238.000
Valtra	BH 205-4	205.000	210.000	236.000	255.000
John Deere	7210	272.000	306.000	320.000	310.000
John Deere	8335	375.000	600.000	560.000	560.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de grades em setembro de 2013 (R$/unidade)

MODELO	MARCA	NÚMERO DE DISCOS	POTÊNCIA MÉDIA DO TRATOR (CV)	LARGURA DE TRABALHO (M)	PREÇO (R$)
NIVELADORAS					
NV-32	Baldan	32	83-89	2,70	9.350
NV-40	Baldan	40	104-112	3,42	10.700
NVCR-36	Baldan	36	75-85	3,00	16.100
NVCR-48	Baldan	48	110-118	4,10	19.500
GN-32	Tatu	32	80-90	2,92	7.500
GNCR-36	Tatu	36	97-105	3,31	14.500
GN-40	Tatu	40	97-105	3,70	14.700
Flutuante GNF-32	Tatu	32	80-90	2,92	9.880
Flutuante GNF-36	Tatu	36	80-90	3,31	14.200
Flutuante GNF-40	Tatu	40	97-105	3,70	14.900
GNFM-36	Tatu	36	80-90	3,31	17.690
GND	Tatu	44	116-120	4,10	27.033
GNDH	Tatu	44	116-120	4,09	29.900
ARADORAS					
GACR-1224	Santa Izabel	12	60	1,32	12.910
GACR-1424	Santa Izabel	14	75	1,56	13.018
GACR-1626	Santa Izabel	16	90	1,80	15.727

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um agricultor que queira, em setembro de 2013, comprar um trator modelo TM 7040, da New Holland, cujo preço é R$ 201.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 40.200,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para janeiro de 2014). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. (PAP 2013/2014). No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 227.066,41 pelo trator.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
01/01/14	R$ 160.800,00	R$ 16.080,00	R$ 5.101,37	R$ 21.181,37	1
01/07/14	R$ 144.720,00	R$ 16.080,00	R$ 5.258,91	R$ 21.338,91	2
01/01/15	R$ 128.640,00	R$ 16.080,00	R$ 3.490,25	R$ 19.570,25	3
01/07/15	R$ 112.560,00	R$ 16.080,00	R$ 3.053,97	R$ 19.133,97	4
01/01/16	R$ 96.480,00	R$ 16.080,00	R$ 2.617,69	R$ 18.697,69	5
01/07/16	R$ 80.400,00	R$ 16.080,00	R$ 2.181,41	R$ 18.261,41	6
01/01/17	R$ 64.320,00	R$ 16.080,00	R$ 1.745,13	R$ 17.825,13	7
01/07/17	R$ 48.240,00	R$ 16.080,00	R$ 1.308,84	R$ 17.388,84	8
01/01/18	R$ 32.160,00	R$ 16.080,00	R$ 872,56	R$ 16.952,56	9
01/07/18	R$ 16.080,00	R$ 16.080,00	R$ 436,28	R$ 16.516,28	10
Total		160.800,00	26.066,41	186.866,41	-
Total pago: R$ 40.200,00 (entrada) + R$ 186.866,41 (financiamento) = R$ 227.066,41.					

Produção agrícola brasileira

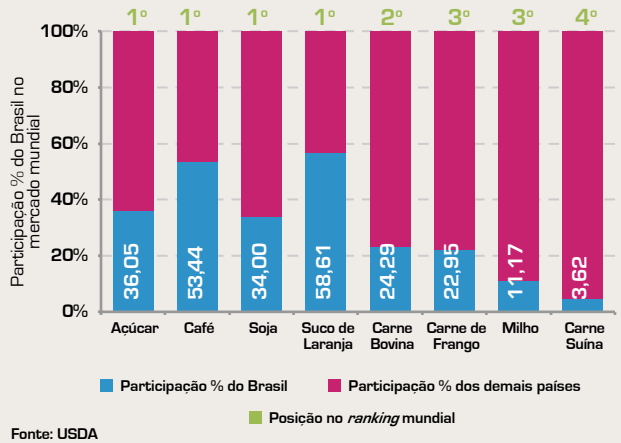
Décimo levantamento da safra de grãos 2012/13 (mil toneladas)

Produção	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12 Previsão (A)	2012/13 Estimativa (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	1.890,6	1.843,1	3.228,6	3.018,6	1.981,5	- 34,4
AMENDOIM TOTAL	300,6	226,0	226,5	294,7	326,3	10,7
AMENDOIM 1ª SAFRA	246,1	191,9	199,2	274,6	306,7	11,7
AMENDOIM 2ª SAFRA	54,5	34,1	27,3	20,1	19,6	- 2,5
ARROZ	12.602,5	11.660,9	13.613,1	11.599,5	11.746,6	1,3
AVEIA	232,2	244,1	379,0	353,5	340,0	- 3,8
CANOLA	0,0	42,2	69,7	52,0	53,9	3,7
CENTEIO	6,1	4,8	3,2	3,5	3,7	5,7
CEVADA	237,0	201,4	283,9	305,1	287,2	- 5,9
FEIJÃO TOTAL	3.490,6	3.322,5	3.732,8	2.918,5	2.831,8	- 3,0
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.235,6	964,6	- 21,9
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.371,6	1.022,8	1.325,1	1.063,9	1.106,2	4,0
FEIJÃO 3ª SAFRA	774,5	836,6	727,4	619,0	761,0	22,9
GIRASSOL	109,4	80,6	83,1	116,4	108,1	- 7,1
MAMONA	92,5	100,6	141,3	24,8	15,8	- 36,3
MILHO TOTAL	51.003,9	56.018,0	57.407,0	72.979,8	81.344,3	11,5
MILHO 1ª SAFRA	33.654,9	34.079,2	34.946,7	33.867,1	35.164,8	3,8
MILHO 2ª SAFRA	17.349,0	21.938,8	22.460,3	39.112,7	46.179,5	18,1
SOJA	57.165,5	68.688,2	75.324,3	66.383,0	81.456,7	22,7
SORGO	1.934,9	1.624,2	2.314,0	2.221,9	2.101,5	- 5,4
TRIGO	5.884,0	5.026,2	5.881,6	5.788,6	4.379,5	- 24,3
TRITICALE	184,7	172,1	114,9	112,2	116,9	4,2
BRASIL	135.134,5	149.254,9	162.803,0	166.172,1	187.093,8	12,6

Fonte: Conab
(A) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (B) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

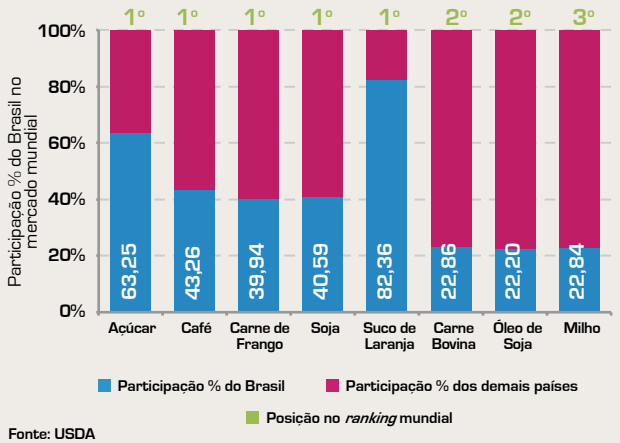
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2012/13



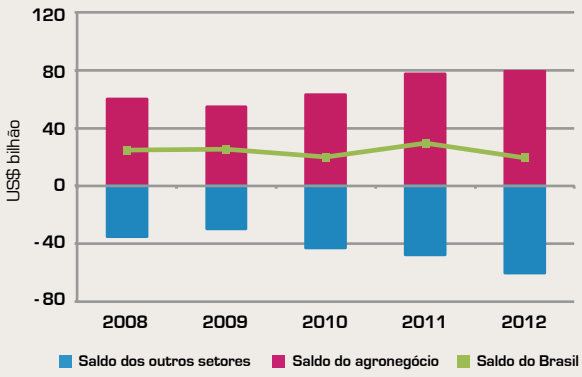
Fonte: USDA

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2012/13



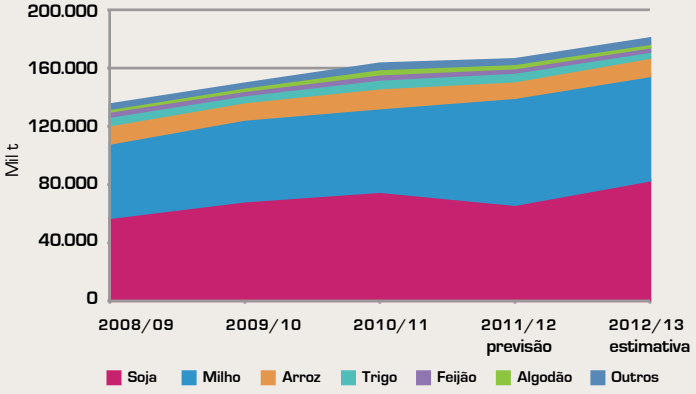
Fonte: USDA

Brasil: Evolução do saldo da balança comercial



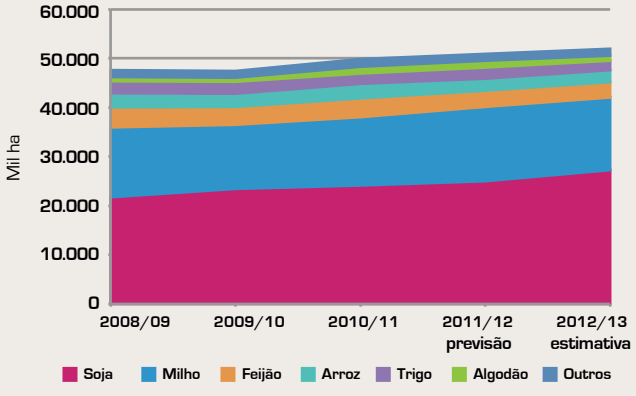
Fonte: SECEX

Brasil: Produção de grãos, por produto



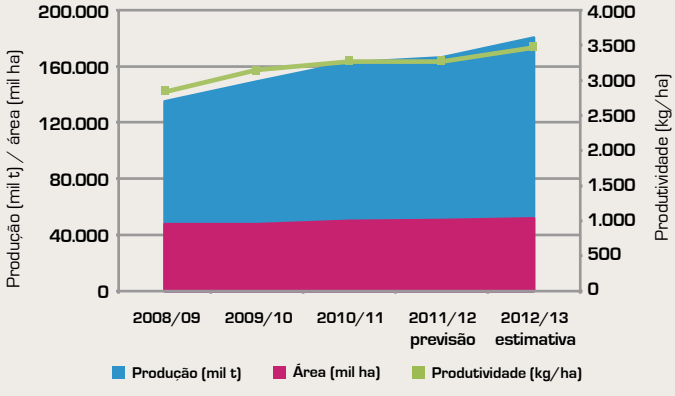
Fonte: Conab

Brasil: Área plantada com grãos, por produto



Fonte: Conab

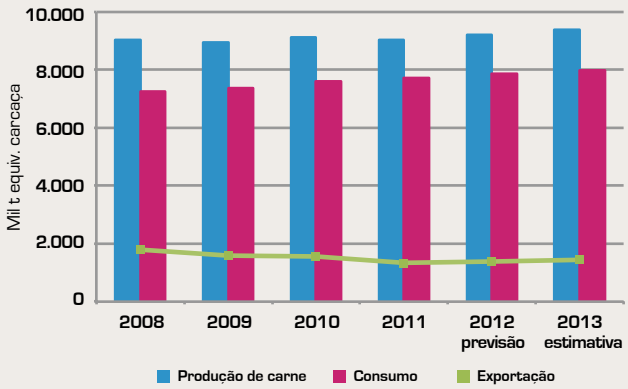
Brasil: Área plantada com grãos, produção e produtividade



Fonte: Conab

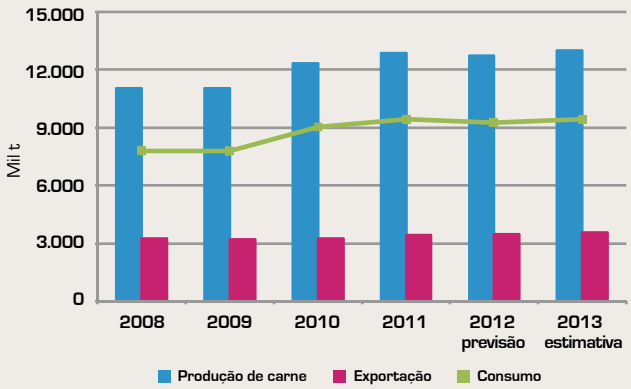
Produção agropecuária brasileira

Brasil: Produção de bovinos



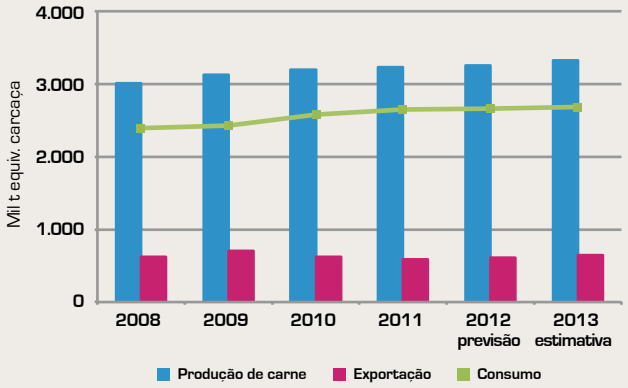
Fonte: USDA

Brasil: Produção de aves



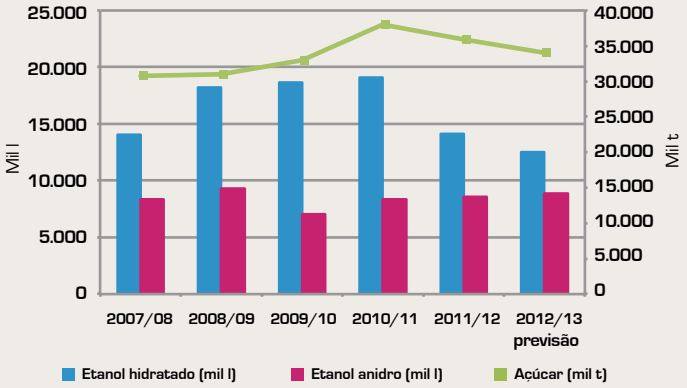
Fonte: USDA

Brasil: Produção de suínos



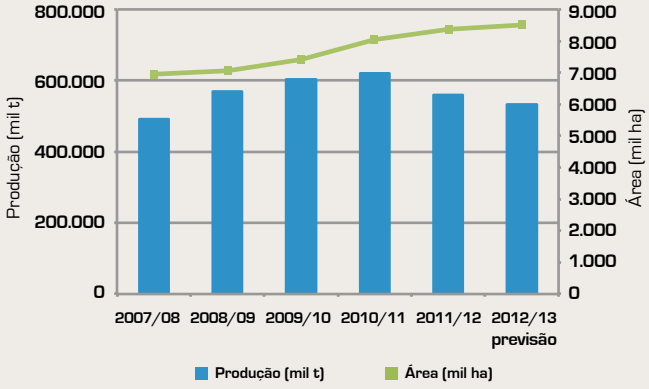
Fonte: USDA

Brasil: Produção de açúcar e etanol



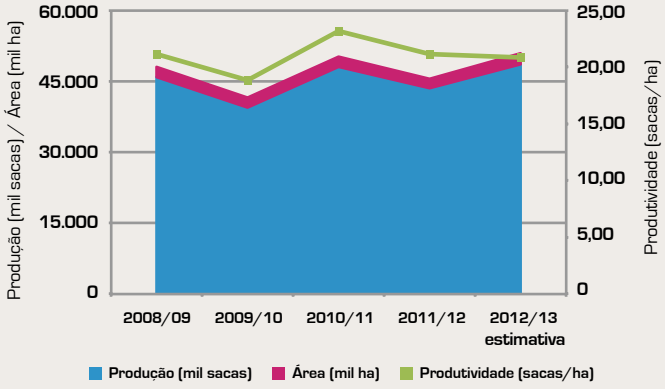
Fonte: UNICA

Brasil: Área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: UNICA; Conab

Brasil: Área plantada com café, produção e produtividade



Fonte: Conab